

TRAÇOS DO COTIDIANO NAS MINAS DE OURO: A ESTRUTURA PRODUTIVA E O TRABALHO ESCRAVO NAS UNIDADES MINERADORAS SETECENTISTAS

Flávia Maria da Mata Reis
Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade
Federal de Minas Gerais

Resumo

Este artigo buscou identificar elementos do cotidiano das explorações auríferas em Minas Gerais durante o período colonial, a partir de dois eixos de análise. Primeiramente, centrou-se na estrutura produtiva das unidades mineradoras setecentistas, constatando-se que a característica mais marcante foi uma produção diversificada, com a mineração realizada paralelamente a outras atividades, sobretudo a agropecuária. A diferença era a dimensão dessas unidades, tanto em termos de mão-de-obra escrava, quanto em tamanho e diversidade das propriedades possuídas. Em segundo, focou-se no trabalho escravo, observando-se que, além das suas obrigações diárias nas explorações, os cativos também tinham direitos instituídos no espaço das lavras.

Palavras-chave: mineração aurífera; estrutura produtiva; trabalho escravo; Minas Gerais; século XVIII

Sessão temática: História econômica e demografia histórica – H2 Família e cotidiano em Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX ou H5 A formação do espaço econômico mineiro.

Traços do Cotidiano nas Minas de ouro: a estrutura produtiva e o trabalho escravo nas unidades mineradoras setecentistas¹

Com o intuito de apresentar alguns elementos que constituíam o cotidiano das explorações auríferas nas Minas coloniais, este artigo centrou-se, por um lado, na análise da estrutura produtiva das unidades mineradoras típicas do setecentos e, por outro, na dinâmica do trabalho escravo no espaço das lavras.

Para uma aproximação mais pontual do funcionamento de uma unidade mineradora, as fontes documentais aqui consideradas foram aquelas de natureza cartorária, em especial, os testamentos e inventários *post-mortem*. Considerando-se a impossibilidade de analisar a exploração aurífera por todo o território das Minas ao longo do qual se estendeu, o cenário delimitado para este estudo corresponde à região onde aquela atividade se apresentou de forma mais dinâmica, ou seja, as Comarcas de Vila Rica e do Rio das Velhas. Assim, para as análises doravante apresentadas, foram selecionados 68 mineradores (de 145 pesquisados), sendo 13 pertencentes ao termo de Vila Rica (1740-1784)², 38 ao de Vila do Carmo/Mariana (1725-1798) e 17 ao de Sabará (1722-1779).

Para o rastreamento de inventários e testamentos de indivíduos que, em vida, dedicaram-se à mineração aurífera, duas outras fontes documentais forneceram informações imprescindíveis: a lista de homens abastados de 1756³ e os livros de registros de cartas de data e águas minerais da Guardamoria de Vila Rica. Os nomes de mineradores encontrados nestes documentos foram cruzados com os índices onomásticos disponíveis nos arquivos históricos pesquisados⁴. Partindo-se do pressuposto de que nos inventários dos mineradores mais ricos era maior a probabilidade de se encontrar as unidades produtivas mais complexas, a lista de 1756 foi tomada como ponto de partida. Cabe mencionar que 36 (52,9%) dos indivíduos da amostragem correspondem a mineradores que, de acordo com a referida lista, foram considerados abastados.

Contudo, o estudo não ficou circunscrito aos mineradores mais abastados. Com o intuito de investigar também a estrutura das unidades mineradoras mais simples, outros indivíduos foram pesquisados. Nesse caso, o critério principal usado na sua identificação, seleção ou descarte de seus inventários/testamentos foi a presença de lavras/datas/terras minerais entre os bens de raiz discriminados.

Perfil dos mineradores pesquisados

Em que pese o fato de um total de 68 mineradores ser um número pequeno perante o universo de indivíduos que se dedicaram à busca do ouro, acredita-se, contudo, que o mesmo contém exemplares característicos das unidades mineradoras que se desenvolveram nas Minas. Para

¹ Este trabalho é fruto da dissertação de mestrado intitulada “Entre faisqueiras, catas e galerias: explorações do ouro, leis e cotidiano nas Minas do século XVIII”, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, em outubro de 2007. A pesquisa contou com o apoio financeiro do CNPq e do ICAM.

² É preciso esclarecer que só foi possível consultar os inventários/testamentos do termo de Vila Rica a partir da década de 1740, visto que, quando as pesquisas foram realizadas (mar-abr/2006), os documentos de período anterior não estavam disponíveis devido a um projeto firmado entre a Casa do Pilar e o Arquivo Público Mineiro para a microfilmagem dos mesmos.

³ A referida lista dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais foi feita em 25 de julho de 1756, pelo Provedor da Fazenda, Domingos Pinheiros, em cumprimento à ordem enviada em março do mesmo ano pelo secretário dos Domínios Ultramarinos, Diogo de Mendonça Corte-Real. Assim, tal como lhe fora recomendado, o Provedor, “particular e secretamente”, apresentava as relações “dos homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem nestas Minas mais abastados” e, da mesma forma, enviava uma outra constando “do número das cargas de fazendas, que pelo discurso de um ano podem entrar para as mesmas Minas”. AHU-MAMG. Caixa 70; Docs. 40 e 41. 25 de julho de 1756. Diogo de Mendonça Corte-Real comunicava ainda ao Provedor da Fazenda que sua ordem fosse executada com brevidade e transmitida para o intendente da casa de fundição do Sabará, ao ouvidor do Serro Frio e ao intendente da casa de fundição de Goiás. Pelo contexto histórico em que foi produzida, é muito provável que essa lista tenha sido feita com o objetivo de se identificar as pessoas mais capacitadas para contribuir com a Coroa na reconstrução de Lisboa, então destruída pelo terremoto de 01 de novembro de 1755.

⁴ Casa do Pilar de Ouro Preto – Arquivo Judiciário (CPOP-AJ); Casa Setecentista de Mariana (CSM); Casa Borba Gato/Cartório do Segundo Ofício (CBG/CSO).

um melhor entendimento das questões aqui abordadas, a seguir são apresentadas algumas informações que conformam o perfil do grupo de mineradores trabalhados.

TABELA 1
Características gerais dos mineradores pesquisados

TERMO		TERMO DE VILA RICA	TERMO DE SABARÁ	TERMO DE MARIANA	TOTAL	%
Inventários / Testamentos Período		13 mineradores 1740-1784	17 mineradores 1722-1779	38 mineradores 1725-1798	68 1722-1798	100
Sexo	Feminino	00	01	02	03	4,4
	Masculino	13	16	36	65	95,6
Naturalidade	Português	11	08	27	46	67,6
	Luso-brasileiro	01	01	03	05	7,4
	Africano	00	01	01	02	2,9
	N. identificado	01	07	07	15	22,1
Condição Social	Livre	13	16	37	66	97,1
	Forro	00	01	01	02	2,9
Estado Civil⁽¹⁾	Solteiro	07	06	12	25	36,8
	Casado	04	07	20	31	45,6
	Viúvo	01	04	06	11	16,2
Patentes Militares	Coronel	00	01	02	03	50
	Capitão (mor)	04	04	05	13	
	M. de Campo	00	01	01	02	
	Sargento (mor)	01	00	06	07	
	Tenente	00	00	04	04	
	Alferes	00	03	02	05	

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e CBG.

⁽¹⁾ Para um minerador do termo de Vila Rica não foi possível identificar o estado civil.

A TAB. 1 traz as características gerais dos mineradores, identificando-os por sexo, naturalidade, condição social e estado civil. Traz ainda a quantidade daqueles que ocupavam postos militares.

O primeiro dado que salta à vista é o predomínio masculino no espaço das lavras minerais. Com efeito, dos 68 inventários selecionados, apenas 03 mulheres, quando faleceram, tinham bens de raiz ligados à mineração no casal. Mariana Corrêa Oliveira, natural do Rio de Janeiro e criada nas Minas⁵, era casada com o abastado minerador português João Pinto Álvares, com quem tivera 11 filhos, entre eles, Francisca Pinta de Oliveira, casada com o também abastado minerador Antônio Duarte⁶. Moradora no Morro da Passagem, termo de Mariana, quando falecera em 1748, o casal tinha um monte-mor muito considerável, avaliado em 32:164\$500 réis. O bem mais importante e valioso era uma lavra “com sua água metida em a qual lavra trabalha a talho aberto”, com suas casas de vivenda e senzalas cobertas de telha, juntamente com um plantel de 86 escravos⁷.

Nos arrabaldes da Vila do Carmo, Rosa da Silva Torres, negra forra e de nação Coura, se estabelecera depois de comprar sua liberdade por 2 libras e ¼ de ouro. Casara-se com o também

⁵ Consulta do Conselho Ultramarino sobre o requerimento de João Pinto Alves [...]. AHU-MAMG. Caixa 30; Doc. 36; data: 02/12/1735. João Pinto Álvares estava entre os mineradores abastados da lista de 1756.

⁶ Carla Almeida, ao estudar especificamente os homens ricos da lista de 1756, identificou um grande número de ligações entre eles, sobretudo por meio de casamentos. As informações por ela obtidas permitem afirmar que a endogamia era uma prática comum dentro daquele grupo: “sugerem que estes homens se identificavam enquanto um grupo específico e usavam os arranjos matrimoniais como mecanismo de auto-proteção”. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822*. Niterói: PPH-UFF, 2001. Tese (Doutorado em História).

⁷ Inventário de OLIVEIRA, Mariana Corrêa. CSM, Códice 46, auto 1050, 1º ofício, ano 1748. fl 18v.

preto forro, Antônio da Costa Barbosa, e juntos tinham “um serviço de mina de escadas com alguns buracos no morro de Santana que houve por compra que dele fez a Damião de Oliveira [...]”⁸. Para o trabalho nos serviços minerais e em uma rocinha sita na estrada “que vai para o morro de Itacolomi”, contavam com 11 escravos, entre homens e mulheres, sendo 10 em idade produtiva⁹. Com um monte-mor razoável, que girava em torno de 3:220\$000¹⁰, os serviços minerais, dentre os bens de raiz discriminados, eram os que menos valiam – apenas 30\$000 (20/8as) –, embora as minas fossem produtivas, como atestam as 32/8as de ouro em pó e as “lavagens extraídas”, que o marido-inventariante deveria dar conta do seu rendimento depois de apuradas. Em 1742, quando a negra falecera, a renda do casal era ainda completada com o aluguel de duas casas de morada na rua de Santana da Vila do Carmo e com o comércio de uma venda.

No Arraial de São Vicente, termo de Sabará, encontrava-se Maria da Costa, também preta forra, possuidora de uma data de terras minerais chamada a “Cata Grande” e de “outra data de terra na paragem chamada de o Passatempo neste distrito, com seu rego de água”¹¹. Mulher solteira, quando faleceu em 1767, tinha 4 filhas e 3 filhos, ficando o mais velho deles, Jacinto Luís da Costa, por testamenteiro, tutor e inventariante dos bens. Certamente era ele quem também ajudava ou administrava o trabalho de pelo menos 07 escravos nas datas¹², visto que, no desenrolar do processo de inventário, foi acusado pelos outros herdeiros de má administração dos bens e de não prestar conta dos mesmos.

Embora apenas essas 03 mulheres tenham sido encontradas, é válido acrescentar que, nos inventários pesquisados, pelo menos 25 viúvas de mineradores foram as inventariantes da herança, sendo que muitas delas foram também as tutoras e administradoras dos bens e dos órfãos do casal. Tal constatação sugere que, muitas vezes, estas mulheres não foram meras coadjuvantes em um meio dominado pelo masculino e que acabavam tomando parte nos negócios minerais¹³.

O segundo dado da TAB. 1 refere-se à naturalidade dos mineradores da amostragem. Como pode ser observado, cerca de 67,6% era de origem portuguesa e, na verdade, este número deveria ser maior, caso fosse possível identificar a origem de todos os mineradores. Contudo, os índices evidenciam que, apesar de minoritária, a população de cor e a nascida no Brasil (fosse ela branca, negra ou mestiça) também tinham acesso à mineração.

Os portugueses chegaram às Minas partindo de diversos lugares de Portugal, predominando as regiões do patriarcado de Lisboa, bispado do Porto e principalmente do arcebispado de Braga. Vindos de outras regiões, merece destaque o Sargento-mor Felipe Gonçalves Santiago, por ser natural da Freguesia de São Miguel Arcanjo de Três Minas, termo de Alfarela, Comarca de Vila Real¹⁴. A região portuguesa de Três Minas apresentava certa tradição mineradora, tendo sido intensamente explorada no período de ocupação romana da península e mesmo depois. Logicamente, o fato de Felipe Gonçalves ter vindo dessa região não é suficiente para deduzir que ele já tivesse se dedicado à atividade minerária na sua terra de origem antes de se tornar um minerador abastado nas Minas. Contudo, é um indício para se pensar as possíveis vias de transmissão de conhecimentos e experiência prática no espaço das lavras auríferas. Em Minas, estabeleceu-se na sua fazenda do Ribeirão da Pirapetinga, freguesia da Itatiaia, termo de Vila Rica, onde tinha uma lavra com várias datas de terras minerais e águas tiradas por títulos. Em sua fazenda, dedicava-se também à agropecuária, com produção de excedentes para o mercado de Vila Rica, como atestam os mantimentos e a tropa de bestas descritos no seu inventário.

⁸ Inventário de TORRES, Rosa da Silva. CSM, código 63; auto 1426; 2º of., ano 1742. Testamento em anexo, fl 17v-18.

⁹ Considera-se “idade produtiva” a faixa etária entre 12 e 60 anos.

¹⁰ No inventário, o monte-mor foi discriminado em oitavas, no valor de 2.145 /8 ¼ e 4 vinténs.

¹¹ Inventário de COSTA, Maria da. CBG, CSO I (28) 237.

¹² No total, o plantel era composto por 10 escravos, 07 homens e 03 mulheres, sendo 03 crianças. Inventário de COSTA, Maria da. CBG, CSO I (28) 237.

¹³ Sobre o tema, ver CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais, 1750-1800)*. Belo Horizonte: Fafich/UFGM, 2002. Dissertação (Mestrado em História).

¹⁴ Inventário de SANTIAGO, Felipe Gonçalves. CPOP, código 45, auto 535, 1º ofício, ano 1777.

Muitos desses portugueses chegaram às Minas nas primeiras décadas do século XVIII, certamente motivados pelas novas possibilidades que as descobertas do ouro no território traziam. Francisco da Silva Forte, por exemplo, quando faleceu em 1763, tinha “há mais de 30 ou 40 anos a esta parte” os títulos e cartas de datas minerais em sua fazenda de Nossa Senhora do Monte do Carmo, no Rio das Velhas¹⁵. Já o Capitão-mor Antônio Ramos dos Reis veio para o Brasil aos nove anos de idade, estabelecendo-se primeiro no Rio de Janeiro, onde se casou com Vitória dos Reis e deixou vários bens descritos no seu testamento, feito em julho de 1761¹⁶. Em Minas, estabeleceu-se em Vila Rica, onde tinha muitas propriedades urbanas e já na década de 1730 dedicava-se à exploração aurífera, como atestam os registros de cartas de data em seu nome¹⁷. Em 1756, estava entre os mineradores mais abastados da Comarca, proprietário de grandes serviços minerais de talho aberto, com tanques e mundéus, no morro que ficaria conhecido (até os dias de hoje) como “morro de Ramos”.

De naturalidade luso-brasileira, foram encontrados 05 mineradores. Um deles trata-se da já referida Dona Mariana Corrêa Oliveira, natural do Rio de Janeiro, mas criada nas Minas, e casada com o abastado minerador português João Pinto Álvares. Com relação aos outros, provavelmente chegaram às Minas, oriundos de outras capitanias, motivados pelas notícias dos achados auríferos.

No caso do Coronel Salvador Furtado de Mendonça, seu nome é sempre lembrado entre os famosos descobridores do ouro. Natural de São Francisco das Chagas, Vila de Taubaté, este sertanista se instalou nas Minas logo na virada do seiscentos para se dedicar à mineração nas paragens do Ribeirão do Carmo¹⁸. Em agosto de 1725, quando faleceu, encontrava-se instalado no Rio do Peixe, freguesia de São Caetano, onde tinha um serviço de desvio com seus filhos e genros em “vinte e oito datas de terra pouco mais ou menos no veio d’água com trinta braças”¹⁹, além de “um córrego com suas lavras minerais que serão pouco mais ou menos trinta datas”. Somados as bateias, os carumbés e um rosário, os serviços e datas minerais eram os bens de raiz mais caros do casal, avaliados em 12:000\$000 réis para um monte mor de 33:482\$400 réis.²⁰ Casou-se com Dona Maria Cardoso de Siqueira, com quem teve sete filhos legítimos, além de três filhas naturais com idades entre 21 e 16 anos, provavelmente tidas com índias, visto ter sido este paulista também apresador do gentio da terra. Chama a atenção, contudo, o fato de seu plantel, composto por 55 escravos, não conter nenhum de origem indígena, mas apenas crioulos, mulatos e africanos de diversas nações.

No mesmo termo de Vila do Carmo/Mariana, encontrava-se o também paulista Francisco Barreto Bicudo. Natural da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, São Paulo, instalou-se no Gualacho do Norte, freguesia de São José da Barra Longa, na década de 1710²¹. Dedicando-se à agropecuária e à mineração de aluvião, tornou-se um dos mineradores mais ricos citados na lista de 1756 com um monte-mor de 13:468\$212 réis. Em sua fazenda, além de capoeiras, matas virgens e terras lavradas, tinha “trinta e tantas datas de terras minerais que melhor constarão de títulos que

¹⁵ Inventário de FORTE, Francisco da Silva. CBG, CSO I (23) 210, ano 1763.

¹⁶ Testamento de REIS, Antônio Ramos dos. CPOP, código 460, auto 9753, 1º ofício, ano 1762.

¹⁷ LIVROS de Guardamoria. CPOP-AJ, v. 85 e 86.

¹⁸ Quem nos informa é seu filho Bento Fernandes Furtado: “Entre aqueles que não temendo a fome e trabalhos que oferecia a assistência do rio do Carmo foi o coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Depois de lavar o mais fácil das datas que teve no seu descoberto do Bom Sucesso, como em seu lugar dissemos, deixando o mais difícil, que ao depois enriqueceu a muitos, veio a descobrir e situar-se onde hoje está fundada a freguesia de São Caetano, naquele tempo chamado Morro Grande [...]”. FURTADO, Bento. Notícias [...]. In: *Código Costa Matoso*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais/FJP, 1999. v. 1, doc. 02, p. 181.

¹⁹ Inventário de FURTADO, Salvador Fernandes. CSM, código 138, auto 2800, 2º ofício, ano 1725.

²⁰ O valor dos bens foi discriminado em oitavas, sendo os bens minerais avaliados em 10.000/8as e o monte-mor em 27.902/8as. No momento do inventário (pós-agosto de 1725) a oitava custava 1\$200 réis. Inventário de FURTADO, Salvador Fernandes. CSM, código 138, auto 2800, 2º ofício, ano 1725.

²¹ A carta de sesmaria concedida pelo governador José Antônio Freire de Andrada diz: “que tendo respeito a me representar por sua petição o Sargento-mor Francisco Barreto Bicudo, morador no Gualacho do Norte, freguesia de S. José da Barra, termo da Cidade Mariana, que na mesma paragem se acha de posse de uma fazenda de capoeiras, e matos virgens, que principiara a cultivar, e fabricar no ano de mil setecentos e treze [...]”. AHU-MAMG. Caixa 68, Doc. 71, Data: 23/10/A755.

são no veio de água, tabuleiros e por um córrego e um serviço de roda com ela assentada com os aprestos necessários”²². Homem solteiro, teve três filhas naturais, sendo duas com a preta forra Domingas Bicuda, e uma, por nome Francisca Bicuda, com uma índia “natural do gentio de cabelo corredio”.

O minerador Antônio Ferreira Feio, por sua vez, saiu da Vila de Vitória, no Espírito Santo, e dirigiu-se para o termo de Vila Rica, onde fixou residência no seu sítio do Ribeirão da Ajuda, freguesia de São Bartolomeu. Homem solteiro e de poucas posses, quando morreu, em 1740, tinha um monte-mor avaliado em 1:034\$250 réis para dividir entre seus dois filhos naturais. Entre seus bens mais valiosos, estavam cinco escravos (duas mulheres) em idade produtiva, que trabalhavam na roça e nas lavras do referido sítio, tido em sociedade com Manoel Baião de Andrade²³.

Finalmente, vindo do Rio de Janeiro, o Coronel Antônio Barbosa de Sá instalou-se na freguesia de Roça Grande, termo de Sabará, onde se dedicou a minerar os aluviões do Rio das Velhas. Casado com Dona Isabel de Azevedo Coutinho não teve filhos legítimos nem bastardos. Quando faleceu em 1734, tinha um monte-mor avaliado em 21:703\$935 réis, sendo que 58,4% desse valor era proveniente do seu plantel composto por 99 escravos²⁴.

Com relação à condição social dos mineradores, como pode ser percebido na tabela apresentada, quase a totalidade dos indivíduos eram livres, sendo Rosa da Silva Torres, no termo da Vila do Carmo, e Maria da Costa, no termo de Sabará, as duas forras encontradas.

No tocante ao estado civil dos indivíduos selecionados para este estudo, 45,6% eram casados. Somando-se esse valor ao número de viúvos, a percentagem chega a 61,8%, o que vale dizer que 42 mineradores da amostragem contraíram matrimônio nas suas vidas.

Mais um indicador do perfil social dos mineradores diz respeito às patentes militares. Metade dos mineradores da amostragem tinha alguma patente militar, sendo que, do total de 34 indivíduos, 23 (67,6%) eram mineradores listados em 1756. A concessão de patentes foi uma prática adotada pela Coroa para premiar os vassallos que se destacassem na prestação de algum serviço ao bem comum ou em cumprimento à vontade real. Tal prática era vista como uma mercê régia e fazia parte das estratégias de governabilidade da política colonial. Isso porque a concessão de mercês estava condicionada à lealdade e ao bom desempenho dos colonos. Desempenho este que era motivado pelos proveitos advindos com as mercês, como privilégios, isenções econômicas, vencimentos, proeminência social e política. Assim, os dados apresentados, ao informarem que grande parte dos mineradores que ocupavam postos militares eram também homens abastados, apenas confirmam a idéia de que riqueza, privilégios e destaque social andavam juntos²⁵.

A estrutura produtiva das unidades mineradoras

Em outubro de 1731, os mineradores Leandro de Matos Magalhães, o Padre Caetano da Silva e Oliveira e o Capitão Manoel de Souza Tavora se associaram para fazer um serviço de desvio do Rio Jequitinhonha e assim extraírem os ricos cascalhos auríferos do seu leito e tabuleiros. Ao final de quase três anos e com o trabalho de 100 escravos, o “valo”, ou canal, para onde as águas do rio seriam redirecionadas, percorria cerca de 400 braças (880m) com uma profundidade de 80 palmos (17,6m). Para meterem o rio pelo desvio, construíram “um cerco de 460 palmos de cumprido, fazendo, para o fortificar, dois contra-cercos de pedra de 25 palmos de largo e 15 de alto em todo o seu comprimento, conduzindo para os ditos cercos e contra-cercos muitas madeiras e pedras de partes distantes e com grande risco”²⁶.

²² Inventário de BICUDO, Francisco Barreto. CSM, código 59, auto 1345, 2º ofício, ano 1756. fl 19v.

²³ Inventário de FEIO, Antônio Ferreira. CPOP, código 01, auto 05, 2º ofício, ano 1740.

²⁴ Inventário de BARBOSA, Antônio de Sá. CBG, CSO I (03) 36, ano 1734.

²⁵ Ver ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons [...]*, p. 225 e ss. ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais*. São Paulo: USP, 2002. Tese (Doutorado, História).

²⁶ Requerimento de Caetano da Silva de Oliveira, pedindo que se lhe pague a importância que auferia na lavra que lhe foi expropriada no distrito do Serro Frio. Em anexo: vários documentos. As citações foram tiradas da justificação dos sócios. AHU-MAMG. Caixa 59, Doc. 29, Data: 12/02/A752. Cada palmo equivale a 0,22m: assim, o cerco, ou barragem, tinha 101,2m de comprimento e os contra-cercos 5,5 x 3,3m.

Para esgotar a água infiltrada, foi necessário instalar um rosário e, para movimentá-lo, os mineradores “tiraram um córrego de água por um rego de grande comprimento e por andaime de bicas de 400 palmos de comprido (88m)”. Finalmente, para conduzirem a água de um outro córrego até o tabuleiro e assim explorá-lo com a ajuda da força hidráulica, fizeram outro andaime com altura de 80 palmos (17,6m) e 500 de comprimento (110m), passando por cima do rio Jequitinhonha. Ao final de todo esse trabalho, “em abrir o dito valo, fazer regos, cercos, bicas, todas ferragens, oficiais de carpinteiros, quintos que pagaram a Sua Majestade em três anos, com o presente jornais de escravos e mantimentos”, os gastos foram avultados, chegando a “mais de 80 mil cruzados”²⁷.

Como se não bastasse, no período da seca, quando encaminharam o rio para o seu leito artificial e deram início à extração do cascalho, uma cheia sobreveio e tornou o rio ao seu curso natural, o que “impediu o poderem continuar a lavrar e do cascalho que tinham tirado extraíram somente uma pequena parcela, que lhe não cobriu nem ainda os gastos da ferragem que tinham despendido no tal serviço, em que lhes foi preciso quebrar muita pedra e desmontar piçarrões duros [...]”²⁸.

Os grandes investimentos, trabalhos e reveses enfrentados nas lavras auríferas foram constantemente alegados pelos mineradores em diferentes momentos e lugares das Minas. De fato, como bem se observa na descrição dos oficiais da Câmara de São João Del Rei, em julho de 1729, o cotidiano das lavras era marcado por riscos iminentes:

[...] como as grandes dificuldades que se encontram em extrair o ouro da mina, em formações profundas e alagadas de muita água, senão possam estas vencer sem um bom suficiente número de escravos que possam fazer os grandes serviços necessários para a dita extração; são por esta razão precisamente obrigados os mineiros a se empenharem no provimento de muitos escravos, ferramentas, e vários instrumentos de custo, para poderem entrar nesta penosa diligência, e vencerem as dificuldades dela; e como além destas, é a dita extração sujeita a contingência de grandes demoras de serviços, segundo a mais ou menos dificuldade com que se topa; e o que mais é a se experimentar, como sucede muitas vezes, ou haver falha total de ouro no lugar em que se busca, e acontecendo um ou outro destes incidentes, ou ambos juntos, se o mineiro tem dívidas vencidas, e o acreedor [sic] não usa com ele a indulgência de lhe esperar que acabe os serviços das suas catas, e que falhando estas possa dar outras para o desempenho, tomando a resolução de executá-lo, fica o desgraçado mineiro de todo destruído; porque os grandes e indispensáveis gastos, que fez durante o tempo que minerou sem lucro, engrossaram de sorte o seu empenho, que dele se não pode remir com os seus bens, sem ficar totalmente destruído [...]”²⁹.

Dentre os problemas mais comuns, estavam as execuções que os credores faziam nos bens dos mineradores para a quitação das suas dívidas, contraídas com os gastos necessários à atividade. A manutenção de uma unidade mineradora não era tarefa fácil. Para garantir sua estrutura produtiva, o minerador precisava lançar à conta as despesas feitas com a aquisição de escravos, ferramentas, maquinários e das próprias datas minerais. Tinha que somar os constantes reparos das ferramentas, das rodas, dos canais e bicames que, muitas vezes, estouravam ou ficavam entupidos com o material arrastado pelas chuvas, deixando os serviços paralisados e atrasados enquanto os danos eram reparados. Precisava considerar também o cuidado básico, mesmo que mínimo, para com o sustento e o vestuário dos escravos, ou ainda, os prejuízos advindos com as fugas, doenças e mortes dos mesmos. Isso sem mencionar as despesas com a sua própria pessoa, casa e família.

A prestação de contas dada pelo padre Salvador Martins de Miranda, filho do sargento-mor Antônio Luiz de Miranda, é um bom exemplo dos gastos mais comuns em uma unidade mineradora. Esse abastado minerador, quando falecera em janeiro de 1777, tinha um monte-mor avaliado em 8:370\$861 réis. Seu filho, como testamenteiro e inventariante dos bens, cuidou da fazenda do

²⁷ Documento em anexo: justificação dos sócios. AHU-MAMG. Caixa 59, Doc. 29, Data: 12/02/A752.

²⁸ Documento em anexo: Inquirição da testemunha Francisco Ribeiro da Silva. AHU-MAMG. Caixa 59, Doc. 29, Data: 12/02/A752.

²⁹ Representação dos oficiais da Câmara de Vila de São João Del Rei, a respeito das dificuldades em que se encontram os mineiros de ouro e a falta de escravos para minerar (...). AHU-MAMG. Caixa 14, Doc. 44, Data: 09/07/1729.

Ribeirão de São Domingos, freguesia de Piranga, onde o minerador tinha terras minerais e uma roda assentada com todos seus aprestos. Para o trabalho na roça e nas lavras, contava com um plantel de 22 escravos em idade produtiva e de ambos os sexos³⁰.

TABELA 2

Prestação de contas dada pelo Reverendo Padre Salvador Martins de Miranda no ano de 1779.

Receitas: “conta do ouro e apurações que fiz nos serviços minerais depois do falecimento de meu pai (...)”:	Total
Da primeira apuração em 02/02/1777 à última apuração em 04/11/1779;	8 ^{as} de ouro 221 ¼ 5
Despesas: “despendi com a fábrica o seguinte”:	
- Compra de mantimentos em diversas ocasiões e de diversas pessoas, entre elas;	28 ¾ 3
- Gastos com o toucinheiro pela compra de toucinhos para a fábrica;	1 ½ 4
- Gastos com carne para os negros doentes;	4 ¾
- Gastos com sal;	6 ½
- Compra de 04 alqueires de feijão a Domingos Martins de Araújo;	1 ½
- Por galinhas compradas para os pretos doentes;	4 ¾
- Por carne para os doentes;	3 ½
- Empréstimos para comprar mantimentos;	10 ¼
- Por duas alavancas para o serviço;	5 ½
- Compra de 06 almocafres;	3
- Por uma barra de ferro para a dita fábrica;	2 ½ 6
- Por 12 libras de aço para a mesma fábrica;	1 ½ 3
- Por um bolinete que mandei fazer para o serviço minerar;	3
- Pelo que pagou ao ferreiro e batieiro;	7 ½
- Gastos com capitães do mato por amarrarem um crioulo que andava fugido;	4 ¼
- Mais gastos com capitães do mato por amarrarem José crioulo que andava fugido;	1 ½
- Gasto por buscar e apanhar o crioulo João que tinha fugido com os ciganos;	3 ½ 6
- Mais gasto para buscar o dito crioulo João que tinha fugido para a cidade (...);	2 ½ 4
- Por algodão para vestuário dos negros necessitados;	3 ¾ 6
- Pelo que pagou ao boticário Thomas Gonçalves Gomide de remédios para os negros;	4 ¾
- Seguem as despesas feitas com a burocracia do inventário: pagamento ao escrivão e tabelião, emissão de documentos, deslocamentos, conselhos tomados com os letrados;	27 ½
- Pelo que pagou de desobrigas dos negros e de dois enterros de dois negro;	23 ¾
Total	156 ¾ 5
Líquido	64 ½

Fonte: Inventário *post-mortem* de Antônio Luís de Miranda. CSM, cód 31, auto 756, 1º of., ano 1777. fl26 a 27v.

Como pode ser observado, os maiores gastos despendidos na manutenção da unidade mineradora foram feitos com os mantimentos, seguidos pelas ferramentas minerais. O fato de mais de 60 oitavas ter sido gastas com alimentação chama a atenção, sobretudo porque a fazenda do Ribeirão de São Domingos tinha “terras de planta de capoeiras e matos virgens”, além de um paiol coberto de capim. Todavia, a existência de “um moinho desmanchado” e de “terras de capoeiras safadas” em um outro sítio no Itacolomi sugere que, quando foram apresentadas as contas, a atividade agrícola de subsistência não era suficiente ou estaria temporariamente suspensa nesta unidade.

Os gastos contidos na TAB. 2 eram, na realidade, comuns às demais unidades mineradoras. Da mesma forma, na prestação de contas dada pelo testamenteiro do Capitão Antônio Varela Santiago, foram apresentadas as despesas com madeiras para conserto das casas; vários pagamentos feitos ao “roceiro” por mantimentos, especialmente milho; compra de banha e panos de toucinho e

³⁰ Inventário de MIRANDA, Antônio Luiz de. CSM, códice 31, auto 756, 1º ofício, ano 1777. O plantel total era composto por 31 escravos.

carne para os negros doentes; pagamento ao capitão-do-mato pela captura de um escravo fugido; compra de três bateias, além dos gastos com jalecos, tangas e baetas para os negros³¹.

Assim, com o intuito de diminuir parte destes avultados gastos, os mineradores, especialmente aqueles com “50, 100, 200, 300, e 400 escravos”, em cuja sustentação faziam grandes despesas, sobretudo quando lhes saiam os serviços baldados:

[...] recorreram ao meio de fabricarem Fazendas /denominadas Roças/ em que plantam mantimento para sustentarem os escravos, com Moinhos, ou Engenho de Pilões, em que reduzem o Milho à Farinha // à Farinha, para as Rações dos escravos, sendo-lhes necessário terem, ou Bestas, ou Bois, e carro, para conduzir o mantimento das Roças para as Lavras: cujas Roças, Engenhos de Pilões, ou Moinhos, Escravos, que nestas oficinas se empregam, Bestas, Bois e carros em que conduzem o mantimento para as Lavras, se devem reputar partes integrantes das ditas Fábricas, sem o que não podem subsistir³².

Como se depreende da passagem acima, as atividades agro-pastoris eram concebidas pelos mineradores como atividades necessárias e intimamente articuladas com o trabalho nas lavras, constituindo assim um todo que garantia a base para a mineração. Para além da extração direta do ouro, a dinâmica das lavras se configurava também na sazonalidade do plantio e nos caminhos percorridos pelas bestas, bois e carros que transportavam as pedras e madeiras tão custosas ao estabelecimento dos serviços minerais e conduziam os mantimentos das roças para as áreas exploradas.

A prática de atividades diversificadas em uma mesma unidade produtiva foi há tempos atestada pela historiografia que se dedicou à economia setecentista. Na década de 1960, Miguel Costa Filho, ao estudar os engenhos de cana-de-açúcar em Minas Gerais durante o período colonial, deparou-se com uma documentação que revelava a habitual associação da mineração aurífera com a agropecuária e a produção de derivados da cana. No seu estudo, concluiu que “a maioria das fazendas estabelecidas em Minas Gerais possuía conjuntamente roças e lavras; eram essas fazendas, simultaneamente, de agricultura e mineração. Os mesmos escravos que mineravam também roçavam e plantavam no devido tempo”³³. Para denominar essa estrutura de produção diversificada, Costa Filho formulou o conceito de “fazendas mistas”.

Já na década de 1990, Ângelo Carrara, em pesquisa documental de fôlego sobre o desenvolvimento da agropecuária na Capitania mineira ao longo do século XVIII, constatou que “raro foi o minerador que ao lado de sua lavra não cultivava também uma roça”³⁴, sendo os exemplos garimpados nos inventários de proprietários rurais e, mais acertadamente, nos livros de notas, com os registros de escrituras de compra e venda de propriedades. De acordo com o pesquisador, “nos anos iniciais da ocupação das regiões mineradoras centrais, o padrão de propriedade rústica que seria quotidianamente reproduzido já estava assente”.

A análise dos inventários/testamentos dos mineradores selecionados corrobora, por sua vez, as afirmações apresentadas por aqueles autores. Além disso, os dados encontrados sugerem que, dependendo do tamanho da estrutura produtiva, a agricultura e a criação de animais praticada pelos

³¹ Inventário de SANTIAGO, Antônio Varela. CPOP, códice 310, auto 6630, 1º ofício, ano 1768. fl 131v-132.

³² REPRESENTAÇÃO dos oficiais da Câmara do Sabará, pedindo que se não faça execuções nos bens dos mineiros [...]. AHU – MAMG. Caixa 86; Doc. 28; data: 4 de setembro de 1765.

³³ “Podemos acrescentar, baseado em outros documentos, que fazendas havia em grande número ainda mais complexas, com plantações de feijão, milho e outros ‘mantimentos’, canaviais, engenho de cana, moinhos de farinha, fubá, etc., gado e mineração. A essas fazendas que possuíam minas e lavouras ou criações chamamos fazendas mistas. Estabelecidas no século XVIII, desde que a extração do ouro no centro do Brasil provocou a formação de arraiais e povoados sem conta, essas fazendas caracterizaram a paisagem econômica de Minas, assinalando uma diferença nítida com a de outras regiões ou capitanias como as de Pernambuco e Bahia, com os seus engenhos de açúcar e, mais tarde, nos sertões, as suas fazendas de criação e os seus currais”. COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*, 1963. p. 160 *apud* GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio*. São Paulo: USP, 2004. Tese (Doutorado, História). v. 1, p. 61.

³⁴ CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania das Minas Gerais – 1674-1807*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. Tese (Doutorado, História).

mineradores podiam voltar-se simplesmente para a subsistência e manutenção da unidade mineradora ou também para a produção de um excedente comercializável no mercado interno. Mais ainda, as informações coletadas revelam que, além dessas, outras atividades econômicas – como a produção de derivados da cana e o comércio em vendas/lojas – podiam completar os rendimentos de alguns mineradores.

A TAB. 3 dispõe os dados encontrados para as unidades mineradoras da amostragem. De antemão, é preciso informar que o termo “unidades mineradoras diversificadas” foi usado aqui em detrimento de “fazendas mistas”, como definiu Costa Filho. Acredita-se que este último fica circunscrito à idéia de um mesmo espaço – a fazenda – onde diferentes atividades eram realizadas. Já o termo proposto, de concepção mais abrangente, além de incluir as “fazendas mistas”, seria capaz de abarcar as variáveis encontradas, como as situações em que um minerador tinha datas minerais em um determinado local e roças/fazendas ou engenho de cana em outro diferente. Nesse caso, a unidade mineradora, vista como um todo, tinha a sua estrutura produtiva diversificada.

TABELA 3
Tipos de Unidades Mineradoras e Atividades de Suporte

	TERMO DE VILA RICA	TERMO DE SABARÁ	TERMO DE MARIANA		
Tipos de Unidades Mineradoras	13 unidades 1740-1784	17 unidades 1722-1779	38 unidades 1725-1798	Total	%
Unidades mineradoras simples	04	02	06	12	17,6
Unidades mineradoras diversificadas	09	15	32	56	82,4
Agricultura ⁽¹⁾	03	09	10	22	39,3
Agropecuária ⁽²⁾	06	06	22	34	60,7
Engenho de cana	00	06	07	13	23,2
Vendas/Lojas	00	02	06	08	14,3
Atividades de Suporte					
Tendas de ferreiro	02	05	06	13	19,1
Carpintaria	05	11	26	42	61,8

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e CBG.

⁽¹⁾Foram computadas as unidades que apresentaram propriedades agrícolas (roças, fazendas, sítios e chácaras) e desconsideradas aquelas que apresentaram apenas hortas e pomares em propriedades urbanas.

⁽²⁾Foram consideradas as criações que apresentaram no mínimo 10 cabeças para uma mesma espécie.

Como pode ser observado, 17,6% dos mineradores tinham uma unidade produtiva simples, isto é, dedicavam-se apenas à extração aurífera. Nos inventários e testamentos desses indivíduos, não foi encontrada nenhuma referência às terras de cultivo e, mesmo em alguns casos, quando havia a presença de animais, a criação não passou de 10 cabeças para uma mesma espécie. Em geral, as unidades simples apresentaram as menores quantidades de escravos, mas chama a atenção o fato de uma unidade com um plantel de 86 escravos (76 em idade produtiva) não apresentar nenhuma propriedade agrícola – nem sequer ferramentas – entre os bens inventariados³⁵. O segundo maior plantel encontrado para esta categoria era composto por 32 escravos³⁶, havendo um outro de 30³⁷. O restante variava entre 04 a 17 escravos por unidade.

³⁵ Inventário de OLIVEIRA, Mariana Corrêa. CSM, código 46, auto 1050, 1º ofício, ano 1748.

³⁶ Inventário de LIMA, André Corrêa. CSM, Código 86, auto 1821, 1º ofício, ano 1770.

³⁷ Inventário de SANTIAGO, Antônio Varela. CPOP, código 310, auto 6630, 1º ofício, ano 1768.

Em contrapartida, 56 unidades mineradoras, ou seja, 82,4% das unidades da amostragem, apresentaram uma estrutura produtiva diversificada. Subdivididas em dois grupos, daquele total, 39,3% dedicavam-se à agricultura, enquanto 60,7% ocupavam-se também com a agropecuária. Em todas essas unidades, os principais produtos cultivados eram o milho – base da alimentação da população mineira e da criação de animais –, o feijão, seguido do arroz e da mandioca, além das disseminadas hortas, “árvores de espinhos” e bananais. Vez ou outra, foi encontrada referência ao cultivo de amendoim e de ananás.

Em observância à representação dos oficiais da Câmara de Sabará (citada acima), é válido mencionar que os moinhos e engenhos de pilões, indispensáveis para o processamento do fubá, estavam presentes, respectivamente, em 53,6% e 19,6% das unidades com produção agrícola. Alguns mineradores chegavam a ter até mais de um desses maquinários espalhados pelas suas diferentes propriedades rurais. Foi o caso de Alexandre Gomes de Souza que, no seu sítio chamado São Miguel do Bom Retiro, localizado à margem do Gualacho do Sul, no Itacolomi, tinha casas de vivenda térreas de sobrado, senzalas, paiol, um moinho e um engenho de pilões, tudo coberto de telha, para processar oito alqueires de milho plantado, e bem assim mais de 180 alqueires de terras de capoeiras e bastantes matos virgens. Já no seu sítio sito à margem do rio Guarapiranga, além das casas de vivenda, paiol e senzalas, tinha um “moinho corrente e moente com ferramenta dele necessária coberto de telha”, árvores de espinho, bananais, 50 alqueires de planta, sendo 2 de milho plantado, e muitos matos virgens³⁸. Já o minerador mais rico do grupo pesquisado, o Mestre-de-campo Jacinto Vieira da Costa, tinha nada menos que 3 moinhos e 4 engenhos de pilões instalados nas suas fazendas do termo de Sabará, o que devia ser suficiente para produzir a “ração” dos seus 416 escravos³⁹.

O destaque, sem dúvida, coube às unidades que desenvolviam a agricultura e a criação de animais concomitante à mineração, sendo esta estrutura produtiva praticada pela metade dos mineradores da amostragem. Na realidade, esta porcentagem seria ainda maior, caso também fossem incluídos aqui os mineradores que apresentavam criações com menos de 10 cabeças por espécie.

Dentre as espécies de animais criadas, os suínos predominavam no termo de Mariana. Já em Vila Rica e Sabará, eram criados na mesma proporção que o gado vacum. No cômputo geral, os suínos estavam presentes em 70,6% e o gado em 64,7% das unidades com atividade pastoril. Na seqüência, encontra-se a criação de eqüinos (26,5%) e, em menor escala, os muars e ovinos/caprinos (ambos em 17,6% das unidades). De acordo com Carla Almeida, quem também encontrou uma freqüência maior do rebanho de porcos nos inventários pesquisados para o período entre 1750 e 1779, o amplo predomínio dos suínos é “facilmente explicado pelo fato de ser a produção pecuária, nesse momento, voltada principalmente para o abastecimento dos núcleos mineradores, tradicionalmente grandes consumidores desse produto”. Na dieta dos mineiros, a carne de porco e o toucinho eram amplamente consumidos⁴⁰.

No conjunto, os dados encontrados permitem afirmar que a produção diversificada, com a associação da mineração e da agropecuária, em maior ou menor escala, foi a estrutura econômica mais comum das unidades mineradoras setecentistas. No mesmo sentido, Carla Almeida afirma que, no período anterior à decadência aurífera, “conjuguar a extração mineral com a produção agropecuária parecia ser a opção econômica mais viável para a maior parte daqueles que tinham possibilidade de acesso à terra e à mão-de-obra escrava”⁴¹. Para citar apenas dois exemplos, vejamos as unidades produtivas dos mineradores Antônio da Cruz Duarte e Francisco da Silva Forte.

³⁸ Inventário de SOUZA, Alexandre Gomes de. CSM, códice 133, auto 2698, ano 1757.

³⁹ Inventário de COSTA, Jacinto Vieira da. CBG, CSO I (21) 189, ano 1760. Este minerador estava entre os homens mais abastados da lista de 1756 e seu patrimônio foi avaliado em uma escritura de venda na quantia de 500 mil cruzados (= 200:000\$000 réis).

⁴⁰ ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons* [...], p. 123.

⁴¹ Embora esta seja uma afirmação feita com base nos dados pesquisados pela historiadora para a Comarca de Vila Rica, o mesmo se aplica ao termo de Sabará estudado neste trabalho. ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons* [...], p. 89.

Quando faleceu em 1722, o Alferes Antônio da Cruz Duarte deixou sua esposa, Dona Elena da Silva e mais 4 filhos legítimos com idades entre 6 e 1 anos, além de duas filhas naturais (11 e 10 anos). No seu inventário, o monte total de seus bens foi avaliado em 7:551\$750 réis, sendo mais da metade oriundos do valor dos seus 24 escravos. Com eles, explorava um serviço no veio d'água do Rio das Pedras, freguesia de Sabará, onde tinha também umas casas velhas e “umas capoeiras pequenas” doadas a uma de suas filhas naturais, Luzia mulatinha, pelo padrinho da mesma. No Ribeiro Manso, localizava-se uma roça com 25 porcos pequenos, 1.500 mãos de milho empaiolado e mais “três capoeiras defronte da dita roça”. Na passagem do dito ribeiro, tinha uma venda, onde também criava porcos, sendo o rebanho formado por 4 porcos machos, 8 porcas e 24 leitões. Sua criação contava ainda com 2 cavalos e 7 cabeças de gado⁴².

A unidade produtiva do minerador Francisco da Silva Forte destaca-se do conjunto analisado por ser também o maior agropecuarista encontrado. Filho do Desembargador Manoel Antunes de Almeida Forte e Maria Antonia, mulher solteira, era natural da freguesia de Nossa Senhora dos Mártires, Lisboa. Nas Minas Gerais, quando faleceu em fevereiro de 1763, encontrava-se casado com Francisca Borges de São Gonçalo, com quem tivera 4 filhos legítimos, além de um outro natural⁴³. O inventário *post-mortem* foi feito com base na escritura de venda da sua meação à sua esposa, em julho de 1762, no valor de 32:000\$000, o que permite inferir que todo o seu patrimônio foi avaliado em 64:000\$000.

Sua principal propriedade era uma fazenda de lavras no sítio de Nossa Senhora do Monte do Carmo, em Rio das Velhas Abaixo, freguesia de Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande. Nesta fazenda, tinha grande quantidade de terras minerais, que compreendiam “todo o veio de água, vazantes, barrancos, tabuleiros e grupiarias altas e baixas que se acham de uma e outra parte do Rio [...] de que tudo trata e faz menção os títulos e cartas de datas que há das referidas terras há mais de 30 ou 40 anos a esta parte”. A fazenda tinha uma infra-estrutura completa e amplamente diversificada, pois contava ainda com casas de vivenda assobradadas, uma Capela de invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo, uma morada de casas em que residiam os capelães, casas de hospedaria e de ferreiros, casas de carpintaria e outra que servia de corte, senzalas, um engenho de cana e terras de agricultura de uma e outra parte do Rio.

Sua atividade minerária não acabava nessa propriedade. No sítio chamado da Cachoeira, havia “um serviço que de presente está moendo no Rio das Velhas [...]”, que dispunha de pelo menos dois rosários para esgotar a água do Rio e mais uma “bomba de terra”, usada nas explorações dos tabuleiros. Isso sem contar os apetrechos de ferro e madeira conducentes ao exercício de minerar.

Especificamente agrícola, tinha “uma roça que consta de matas e capoeiras chamada o [Pilar], com suas casas de telha do paiol e engenho corrente e moente” e mais “uma roça chamada do Ribeirão, com sua casa de vivenda coberta de telha, terras a ela respectiva”. Na freguesia do Curral Del Rei, destacava-se a roça chamada Maravilha, “que tem a si anexos três sítios que se compraram e uniram a uma”, composta por casas de vivenda, cozinha, forno de cobre de fazer farinha, engenho de pilões corrente e moente com água, matos, capoeiras, campos e logradouros, de que há sesmaria. No momento da escritura, o paiol encontrava-se com milho, feijão, arroz e mais legumes recentemente colhidos.

Além de minerador, agricultor e senhor de engenho, Francisco Forte criava gados para o corte. Para tanto, tinha um conjunto de propriedades em diferentes lugares. Na freguesia do Curral Del Rei, um sítio chamado “Curral”, com suas casas de vivenda, “currais grandes de recolher boiadas que vêm do sertão, com seus pastos, campos e logradouros”, de que tudo há sesmaria; nos Ribeiros de Paracatu, uma fazenda chamada dos Barreiros, “de criar gado vacuum e cavalariço, com todo o gado que nela se achar livre e desembargado [...], com cavalos e mais petrechos dessa

⁴² Inventário de DUARTE, Antônio da Cruz. CBG, CSO I (01) 04, ano 1722. No serviço mineral do Rio das Pedras, o minerador tinha também “umas casas velhas na mesma parte”, onde teria funcionado uma venda. No inventário, a viúva, Dona Elena da Silva, declarou que “a venda caíra no chão e se não usava dela por falta de [comércio] de gente por aquela parte e se ter mudado o caminho”. fl 05v. Possivelmente foi transferida para a passagem do Ribeiro Manso.

⁴³ Inventário de FORTE, Francisco da Silva. CBG, CSO I (23) 210, ano 1763.

fábrica, com as casas de vivenda, currais e mais pertence”; no Rio do Sono, contava com outra fazenda de gado vacum, “com todo o gado a ela respectiva, ferramentas, cavalos de sua costeação”. Finalmente, dispunha de mais uma fazenda chamada das Gaitas, “com os cavalos de sua costeação e todo o gado que nela nasce e se cria”.

Ao declarar o seu rebanho, Francisco Forte revelou a dinâmica da sua unidade produtiva. Assim, dispunha de 6 bestas mueres e 2 cavalos russos aparelhados com suas cangalhas para baldear os mantimentos produzidos na roça Maravilha para a sua fazenda principal de Monte do Carmo. Contava ainda 5 poldros vindos do sertão, 7 cavalos do benefício e condução dos gados para os cortes, 50 vacas, 130 e tantos bois, “tudo bravo, proximamente vindouros da fazenda do sertão e largos nos pastos de Bento Pires entregues ao feitor e administrador do sítio chamado o Curral”, além de “todo o gado pelargo nos anos atrasados nos ditos pastos e se acham com o ferro”. Na fazenda de Nossa Senhora do Monte do Carmo, onde se dedicava à atividade minerária, a criação era mais variada para atender a demanda alimentar da propriedade: várias cabeças de porcos, cabras, carneiros, vitelas e mais crias que nasceram e se achavam nos logradouros de pasto; para os transportes, mais 4 carretões e 20 juntas de bois mansos para condução das madeiras.

Para todo o trabalho, esta unidade era composta por 141 escravos, entre homens e mulheres, sendo “117 nestas Minas (na fazenda principal) e 24 dispersos nas fazendas do sertão”. Vários eram mão-de-obra especializada, sendo 1 pedreiro, 2 carapinas, 3 ferreiros, 2 “pastores de bois” e 1 “crioulo do gado”. De fato, contar com escravos especializados, especialmente carpinteiros e ferreiros para trabalharem em instalações próprias, era um outro recurso que alguns (poucos) mineradores dispunham para amenizar os custos com os reparos de rosários, bicames e ferramentas da lavra e da roça.

Finalmente, como não poderia deixar de ser, condizente com a fortuna que este homem detinha, Francisco Forte era proprietário de duas moradas de casas na Vila de Sabará, ambas em lugares privilegiados: uma na rua Direita e outra no Largo da Igreja grande.

A comparação entre as duas unidades mineradoras descritas revela que ambas, de forma geral, tinham uma estrutura de produção semelhante, baseada na associação da mineração com atividades de agricultura e de criação de animais, embora uma se dedicasse ao rebanho suíno e outra ao gado vacum e cavalos. Mas a principal diferença observada estava nas dimensões das unidades. Para Carla Almeida, este fator explicaria inclusive as outras variáveis encontradas:

É essa dimensão que também permitirá a opção por determinados tipos de produto. Por exemplo, só os proprietários com mais recursos estavam capacitados a investirem na produção de açúcar, já que os gastos com a montagem de um engenho exigia um grau de investimento bastante alto. O mesmo poderia ser dito em relação ao tipo e ao número do rebanho possuído pelos proprietários⁴⁴.

Possivelmente os elevados custos de instalação dos engenhos de cana-de-açúcar e aguardente justificam a ocorrência desses maquinismos em apenas 23,2% das unidades mineradoras diversificadas. E, “como as propriedades mais lucrativas eram exatamente aquelas que mais diversificavam suas atividades”⁴⁵, logicamente a produção dos derivados da cana concentrou-se nas unidades que conjugavam a mineração com uma próspera prática agropecuária. Enquanto no termo de Vila Rica nenhum engenho foi encontrado, em Mariana, 07 mineradores, além de se dedicarem à agricultura e à criação de animais, eram também senhores de engenho, como foi o caso do famoso descobridor Salvador Fernandes Furtado⁴⁶. Já no termo de Sabará, 06 mineradores tinham engenhos erguidos em suas propriedades, sendo um deles também agricultor, enquanto todos os outros se

⁴⁴ ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons* [...], p. 114.

⁴⁵ ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons* [...], p. 219.

⁴⁶ Entre os bens inventariados consta: “Uma parte de um engenho que tem vendido de que é sócio com Baltasar da Silva da Fonseca que visto e avaliado pelos louvados na parte que toca ao defunto e com canas e capoeiras pertencentes ao engenho com seu alambique e seu tacho e suas pipas e o mais pertencente ao dito engenho, declarando que este engenho é de telha e com suas senzalas – 1.400 /8^{as}”. Inventário de FURTADO, Salvador Fernandes. CSM, códice 138, auto 2800, 1º ofício, ano 1725.

ocupavam paralelamente com a agropecuária. Atestando sua riqueza, entre estes últimos, encontrava-se novamente Jacinto Vieira da Costa, senhor de dois engenhos de cana.

O mesmo também pode ser observado para as vendas e lojas. Estas instalações foram encontradas em 14,3% das unidades mineradoras diversificadas, sendo que a maioria delas (06 vendas/lojas) integrava a estrutura daquelas unidades que desenvolviam a mineração paralelamente a atividades de agropecuária.

Outro dado a ser destacado diz respeito à presença de “atividades de suporte” nas unidades mineradoras. As tendas de ferreiro e os diversos instrumentos de carpintaria⁴⁷ encontrados indicam que vários mineradores procuravam dispor, nas suas próprias unidades produtivas, dos serviços necessários ao reparo e à reprodução dos seus meios de produção, como as ferramentas minerais e agrícolas, rodas e máquinas hidráulicas, bicames, carros de boi, etc. Essas atividades de infraestrutura, quando realizadas internamente, podiam significar uma redução nos custos, visto que os gastos com os serviços de oficiais carpinteiros e ferreiros foram uma constante para as diferentes unidades produtivas, especialmente para aquelas que buscavam o ouro. Significavam também menores riscos ou prejuízos, pois a presença dessas atividades, juntamente com escravos especializados, podia evitar que os serviços minerais ou as lavouras ficassem paralisados por falta de manutenção ou reposição dos instrumentos de trabalho.

As tendas de ferreiro estavam presentes em apenas 19,1% das unidades da amostragem e, como esperado, quase a totalidade concentrava-se nas unidades de produção diversificada (92,3%). Pelo menos dois mineradores, os abastados Alexandre Gomes de Souza e Jacinto Vieira da Costa, chegaram a ter duas tendas em suas propriedades. As ferramentas de carpintaria, por sua vez, eram bem mais difundidas, e cerca de 61,0% das unidades pesquisadas possuíam pelo menos um instrumento do ofício, quando não um conjunto deles. É possível que esta maior distribuição estivesse relacionada ao fato de as tarefas mais básicas da carpintaria, como serrar tabuados e lixar madeiras, não requererem tanta perícia quando comparadas com o trabalho de ferreiro e, por isso, seriam mais acessíveis a um indivíduo sem especialidades. Além do mais, pode-se supor que adquirir ferramentas de carapina – como serras, formões, goivas, enxós, etc. – fosse mais barato do que montar uma tenda de ferreiro, cuja matéria-prima, por si só, já representava maiores gastos.

No tocante à mão-de-obra, as unidades mineradoras diversificadas, devido à própria variedade de atividades econômicas, tendiam a empregar um maior número de escravos. Aquelas que se dedicavam apenas à agricultura, a quantidade de escravos variou entre 05 e 99 escravos. Já para aquelas que se dedicavam à agropecuária, a menor quantidade encontrada foi de 15 indivíduos, enquanto as maiores tinham acima de 100. A exceção, no caso, é de Jacinto Vieira da Costa, proprietário que, sozinho, tinha 416 escravos distribuídos pelas suas propriedades.

A seguir, a TAB. 4 apresenta os tamanhos das unidades mineradoras, tomando por base o número de escravos inventariados ou descritos em testamentos (total de 3.396 cativos). Para tanto, adotou-se como referência a posse de 30 escravos, visto ter sido este o critério estabelecido pela Coroa portuguesa, em 19 de fevereiro de 1752, para conceder privilégios aos mineradores executados por dívidas⁴⁸. Resta dizer que a menor posse encontrada foi de 4 escravos e a maior foi de 416.

Como pode ser observado, as unidades mineradoras com pequenos plantéis (de 04 a 29 escravos) eram predominantes e, com uma média de 15,1 escravos, concentravam a menor parcela da mão-de-obra, menor até do que chegou a possuir um único minerador. As unidades medianas, por sua vez, com uma média de 39,3 escravos por minerador, concentravam a maior quantidade de mão-de-obra. Um dado importante diz respeito à ocorrência temporal dessas unidades. Ambas se

⁴⁷ Entre as ferramentas do ofício de carpintaria, foram encontrados: formões, goivas, plainas, enxó, martelos, serras de mão e braçais, trados, verrumas, compassos, junteiras, escopros, rabotes, etc.

⁴⁸ O “privilégio da trintena”, como ficou conhecido, determinava: “Por ser da minha Real intenção querer sempre favorecer aos meus vassallos, que trabalham nas Minas, e que neste emprego se fazem tão dignos dela. Hei por bem fazer-lhes mercê, e graça de que a todo o Mineiro, que tiver trinta escravos próprios, e daí para cima, se não faça execução, e penhora nos mesmos escravos, nem na fábrica de mineração, correndo só a dita execução em os mais bens, e na terça parte dos lucros, que tirem das Minas. O Conselho Ultramarino o tenha assim entendido, e o faça executar”. AHU-MAMG. Cx. 59; doc. 49.

estendem ao longo de todo o período delimitado pela documentação pesquisada, ou seja, estavam presentes desde a década de 1720 e permaneceram até os últimos anos do século XVIII. Além disso, juntas, correspondem a 72,1% das unidades desta amostragem, abarcando quase 40% da população escrava encontrada. Diante dessas constatações, uma hipótese aventada é a de que os plantéis aqui considerados pequenos e médios eram os mais comuns entre unidades mineradoras setecentistas.

TABELA 4
Unidades mineradoras – tamanho com base no plantel de escravos

Unidades Mineradoras	Total	%	Período	Escravos	%	Média
Unidades Pequenas (04 a 29)	25	36,8	1722-1791	377	11,1	15,1
Unidades Médias (30 a 59)	24	35,3	1725-1798	944	27,8	39,3
Unidades Grandes (60 a 99)	11	16,2	1734-1777	828	24,4	75,3
Unidades Muito Grandes (mais de 100)	07	10,3	1732-1763	831	24,5	118,7
Unidade Particular (mais de 400)	01	1,5	1760	416	12,2	416
Total	68	100	1722-1798	3.396	100	

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e CBG.

Em contrapartida, as unidades grandes e as muito grandes concentraram cerca de 49,0% de toda a população escrava, mas só representaram 26,5% das unidades mineradoras. A sua distribuição temporal também é significativa, pois indica que as unidades mais complexas só existiram durante o período próspero da mineração, quando a contingência de grandes lucros privilegiou alguns poucos. Ambas apenas aparecem a partir da década de 1730, quando a dinâmica das Minas já estava consolidada nos seus múltiplos aspectos (povoamento, comércio, justiça, abastecimento, preços, mercado, etc.). E, enquanto as unidades muito grandes sobreviveram até 1763 – marco da decadência aurífera – as grandes suspiraram até fins da década de 1770, quando os reflexos da crise tornaram-se inevitáveis e contundentes. Possivelmente, a partir daí, as pequenas e médias unidades foram as opções mais acessíveis aos mineradores. Vale a pena lembrar que essa constatação confirma a conclusão da historiadora Carla Almeida, segundo a qual a década de 1780 foi o marco inicial da mudança de eixo da economia mineira, quando a predominância da mineração nas unidades produtivas deu lugar para a agropecuária⁴⁹.

As tabelas seguintes reúnem os dados até aqui apresentados quanto à estrutura produtiva das unidades mineradoras, relacionando-as com as dimensões dos plantéis encontrados. Pelas informações da TAB. 5, nota-se que 36% das “unidades pequenas” (04 a 29 escravos) eram do tipo simples, o que permite afirmar que essas unidades mineradoras tenderam a plantéis menores. Como, nessas unidades, os mineradores voltavam-se exclusivamente para a extração aurífera, é provável que tal tendência esteja relacionada às próprias condições de manutenção/sustento da força de trabalho. Nestes casos, a maior ou menor quantidade de mão-de-obra cativa empregada nos serviços minerais estaria condicionada à riqueza das lavras exploradas.

Já nas unidades de produção diversificada, os plantéis com mais de 30 escravos eram predominantes. Naturalmente, para desenvolver diferentes atividades e, ao mesmo tempo, garantir a produção aurífera, era necessário ter mais braços disponíveis. Contudo, é significativo que uma parcela expressiva das unidades mineradoras com menos de 30 escravos (64,0%) apresentassem sua estrutura produtiva diversificada. Observando mais de perto, nota-se porém que, nesses casos, a mineração estava associada apenas à agricultura (48,0%). Certamente essa amostragem representa

⁴⁹ “Tomando a comarca mais marcada pela atividade mineradora perceberemos que, se até a década de 1770 a mineração estava presente em 62,9% das propriedades da Comarca de Vila Rica, entre 1780 e 1822, este número não passaria de 33,1%”. ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons [...]*, p. 98.

aquelas unidades mais comuns, onde em uma mesma propriedade, ao lado da lavra, o minerador cultivava sua roça, sustentava os escravos e a família, quando não dispunha de produção excedente para vender nas feiras mais próximas.

TABELA 5
Tamanho/plantel de escravos x Estrutura produtiva das unidades mineradoras

Tipo (%)	Tamanho	Unid. Pequenas	Unid. Médias	Unid. Grandes	Unid. Mto Grandes	Unid. Particular
Unidades mineradoras simples		36,0	8,3	9,1	00	00
Unidades mineradoras diversificadas		64,0	91,7	90,9	100,0	100,0
	Agricultura	48,0	25,0	36,4	00	00
	Agropecuária	16,0	66,7	54,5	100,0	100,0
	Engenho de cana	4,0	25,0	9,1	57,1	100,0
	Vendas/Lojas	12,0	8,3	00	42,8	00

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e CBG.

Em contrapartida, as unidades de produção diversificada, que consorciavam a mineração com a agropecuária, necessariamente apresentavam um plantel com mais de 30 escravos, sendo o destaque para aquelas consideradas “muito grandes”, onde 100,0% dos mineradores que se dedicaram simultaneamente à atividade agrícola e à criação de animais chegaram a possuir mais de 100 escravos. Essas unidades diversificaram ainda mais sua produção com as instalações de engenhos de cana (57,1%) e vendas/lojas (42,8%).

A TAB. 6 traz os mesmos dados da tabela anterior, porém sob outro ponto de vista. Nela também foram incluídas as informações respeitantes às “atividades de suporte”. As informações foram dispostas mais detalhadamente, indicando-se os valores absolutos encontrados para cada categoria, além das porcentagens que representam no conjunto.

É possível observar, por exemplo, que das 12 unidades mineradoras simples identificadas no grupo da amostragem, 09 (ou 75,0%) tinham um plantel entre 04 e 29 escravos; uma delas tinha tenda de ferreiro e em 04 foram encontradas ferramentas de carpintaria. O restante das unidades mineradoras simples tinha plantéis entre médios e grandes. O mesmo raciocínio deve ser usado para entender os dados encontrados para as 56 unidades mineradoras diversificadas subdivididas em “agricultura” e “agropecuária”. Percebe-se que, quando as unidades conjugavam a mineração apenas com a atividade agrícola, a tendência foi terem plantéis menores (54,5% dos casos). Já quando as unidades associavam a agropecuária, a tendência foi apresentarem plantéis médios (47,1% dos casos). Nessa mesma faixa, concentrou-se também a ocorrência dos engenhos de cana, das tendas de ferreiro e das ferramentas de carpintaria.

Isso permite pensar que um plantel entre 30 e 59 escravos era então suficiente para um minerador diversificar sua produção econômica, investindo ao mesmo tempo em várias atividades lucrativas. As unidades com maiores quantidades de mão-de-obra seriam reproduções, em maior escala, das unidades medianas e estariam circunscritas aos mais afortunados, visto que “o tamanho do plantel e a dimensão da fortuna eram expressão de uma mesma hierarquia sócio-econômica”⁵⁰.

É interessante considerar ainda que, tomando-se os mineradores abastados (1756) separadamente do restante da amostragem, 66,7% deles contavam com um plantel médio quando foram feitos seus inventários/testamentos.

⁵⁰ ALMEIDA. *Homens Ricos, Homens Bons* [...], p. 222.

TABELA 6

Estrutura produtiva das unidades mineradoras x Tamanho/plantel de escravos

		UNIDADES MINERADORAS – ESTRUTURA PRODUTIVA								
		Unidades simples	Tenda de ferro	Fer. de carpintaria	Unidades diversificadas				Tenda de ferro	Fer. de carpintaria
					Agricultura	Agropecuária	Engenho	Venda / loja		
TAMANHO/ESCRAVOS	Unidades pequenas (01 a 29)	09	01	04	12	04	01	03	00	07
	%	75,0	100,0	80,0	54,5	11,8	7,7	37,5	00	18,9
	Unidades Médias (30 a 59)	02	00	01	06	16	06	02	06	14
	%	16,7	00	20,0	27,3	47,1	46,1	25,0	50,0	37,8
	Unidades Grandes (60 a 99)	01	00	00	04	06	01	00	02	10
	%	8,3	00	00	18,2	17,6	7,7	00	16,7	27,0
	Unidades Muito Grandes (mais de 100)	00	00	00	00	07	04	03	03	05
	%	00	00	00	00	20,6	30,8	37,5	25,0	13,6
	Unidade Particular (mais de 400)	---	---	---	---	01	01	00	01	01
	%	---	---	---	---	2,9	7,7	00	8,3	2,7
	Total	12	01	05	22	34	13	08	12	37

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e CBG.

Somando-se todos esses dados com aqueles dispostos na TAB. 4 – onde se percebe que 35,3% das unidades da amostragem tinham um plantel médio; concentravam a maior quantidade dos escravos (27,8%) e estavam presentes nas Minas desde a década de 1720 –, fica fácil entender por que a Coroa portuguesa adotou como critério o mínimo de 30 escravos para deferir o privilégio aos mineradores executados por dívidas.

O trabalho escravo nas lavras auríferas

Os inventários e testamentos, bem como as outras fontes documentais pesquisadas, fornecem importantes indícios para se pensar o trabalho escravo nas lavras auríferas, embora muitas vezes as informações se apresentem fragmentadas. A iconografia, particularmente, é uma das fontes mais expressivas. Para citar aqui apenas um exemplo, a cena seguinte reserva grande interesse, ao permitir apreender aspectos da organização e da dinâmica do trabalho escravo no espaço das lavras. Como pode ser observado, os escravos, num movimento circular contínuo ao longo da rampa que dá acesso ao interior da cata, descem com os carumbés vazios, enquanto um deles, posicionado na parte inferior, dedica-se a encher os recipientes. Em seguida, os escravos sobem com o sedimento aurífero nos carumbés sobre a cabeça e o despejam em montes para ser depois apurado nas canoas (retratadas no fundo da cena). A participação feminina na mineração também pode ser atestada pela presença de duas escravas que, juntamente com os outros 20 negros, realizam o transporte do material. Neste caso, o trabalho não se encontra sexualmente dividido.



Fig. 1 – *Modo como se extrai o ouro no Rio das velhas, e nas mais partes que á Rios [sic]*. Autoria não identificada.

Nota-se a utilização do rosário, movido por roda hidráulica, para o esgotamento da infiltração da cata.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *A Travessia da Calunga Grande: Três Séculos de Imagens sobre o Negro no Brasil (1637-1899)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial, 2000.

Finalmente, observa-se a presença de um feitor que supervisiona os escravos e mantém o ritmo da atividade com o seu ameaçador chicote. Em geral, esta função era exercida por parentes, filhos (naturais ou legítimos) ou homens de confiança do proprietário da lavra, posto que intermediavam o processo de exploração, fazendo com que o ouro chegasse às mãos do minerador⁵¹. Além disso, certamente, para ser feitor, era preciso ser conhecedor dos métodos de extração e ter experiência de trabalho nas lavras.

Um minerador abastado, que tivesse condições de arcar com as despesas de sustento e de pagamentos de salários, podia ter vários feitores nos seus serviços, especialmente naqueles localizados em áreas mais afastadas dos núcleos urbanos. Isso se fazia necessário, sobretudo quando esse minerador, pela sua própria posição socioeconômica, precisava se deslocar até as vilas ou arraiais, onde exercia funções da administração colonial, ocupava postos militares, participava das decisões da Câmara, dos espaços de sociabilidade e das devoções religiosas.

Se o minerador tivesse lavras em sociedades, os mesmos sócios podiam fazer as vezes de caixa e administrador. Se não, precisavam dos feitores para prestarem as contas e vigiarem o trabalho dos escravos. Mas, ainda assim, muitas vezes preferiam administrar de perto o seu negócio, chegando até a pedir licença do exercício de determinados cargos. Foi o que fez Francisco da Silva Forte, notificado pelo Juízo dos Órfãos para ser tutor e curador dos herdeiros menores de Jacinto Vieira da Costa. Para tanto, alegava ao juiz ser mineiro, “em cujo exercício traz atualmente ocupado grande fábrica de mais de cem escravos” e, por essa razão, era indispensável “a atual assistência de sua pessoa na administração da dita fábrica e seus serviços minerais, que os não pode deixar [?] com [gravidade?] de incômodo e prejuízo do suplicante, do público e Real Erário para vir tratar de dependências da dita tutela”⁵².

Já os mineradores mais pobres, sem condições para arcar com feitores, não restava outra opção a não ser supervisionar pessoalmente seus serviços, acompanhando o trabalho dos seus escravos. Chegavam mesmo a viver com eles nos acampamentos instalados nas proximidades da exploração, como no caso de André Machado da Cunha, que “tinha rancho na lavra do Morro do Pires, no qual assistia sempre continuamente ao serviço com fogo, e cama de dia e de noite,

⁵¹ Entre as dívidas do minerador Luís da Silva Maia constava dever 50\$000 réis a Felipe da Costa, seu sobrinho, “por um ano que serviu de feitor”. Inventário de MAIA, Luís da Silva. CPOP, códice 92, auto 1115, 1º ofício, ano 1743. fl 10. O minerador Antônio da Rocha Lima, tinha vários feitores nos seus serviços, entre eles o seu filho natural Francisco da Rocha Lima. Inventário de LIMA, Antônio da Rocha. CBG, CSO I (25) 221, ano 1768. fl 58.

⁵² Obteve parecer favorável. Inventário de COSTA, Jacinto Vieira da. CBG, CSO I (21) 189. Doc. em anexo, fl 103.

principalmente em dias de trabalho, e não vinha só a ver os escravos, como falsamente se alega, mas com eles vivia e assistia no dito morro”⁵³.

É interessante mencionar que, em determinados aspectos, a organização do trabalho nas lavras auríferas da América espanhola se aproxima do encontrado para as lavras das Minas setecentistas. Na América espanhola, a principal região produtora de ouro era o Vice-Reino de Nova Granada, atual Colômbia⁵⁴. O conjunto de escravos de um proprietário era chamado de *cuadrilla* e, de acordo com Robert West, “el propietario minero colonial del occidente colombiano era conocido usualmente como um ‘señor de cuadrilla’, una indicación de la importancia atribuída a las cuadrillas em las minas”⁵⁵. O tamanho das *cuadrillas* mineiras variava de acordo com o trabalho a ser realizado, a potencialidade da jazida e os recursos do minerador para o investimento.

Tal como os feitores, um capataz branco ou mulato – o “administrador de minas” – manejava as *cuadrillas*. Era responsável por administrar as provisões aos escravos, evitar fugas, castigar, recolher o ouro produzido, prestar contas ao dono da mina. No caso dos mineradores pobres, eram eles mesmos os “administradores” e viviam com suas *cuadrillas* no local de exploração. O mais interessante dessa organização, contudo, era a presença do capitão de *cuadrilla*: “a la cabeza de cada cuadrilla estaba un esclavo negro, el ‘capitán de cuadrilla’, cuyos deberes incluían el mantenimiento de la disciplina, la distribución de alimentos e la recolección del producto semanal de oro para entregarlo al administrador”⁵⁶. Ainda de acordo com o referido pesquisador, o capitão era uma presença importante e teria o caráter de um chefe, gozando do respeito de sua *cuadrilla*. Também era respeitado pelo seu senhor que o estimulava com “prêmios” (porções avulsas de queijo, presunto, tabaco, etc.) para induzi-lo a manter o trabalho dos escravos.

Para as Minas, nenhuma informação que confirmasse a existência desses “capitães” escravos nas lavras foi encontrada. Todavia, é sugestivo, nesse sentido, o fato de alguns mineradores possuírem escravos com “patentes” no seu plantel, tal como foi registrado nos seus inventários *post-mortem*. Assim, no plantel do Sargento-mor Paulo Rodrigues Durão, entre os seus 128 escravos estava José “Capitão” Cobu Mina⁵⁷. Antônio Correa da Silva tinha um escravo por nome Joaquim “Capitão”, 40 anos, avaliado em 140\$000 réis, o maior valor do plantel⁵⁸. Também no plantel de Antônio da Rocha Lima foi encontrado o escravo José “Capitão” Cabo-Verde, 45 anos e avaliado no mesmo valor⁵⁹. Já no plantel do Mestre-de-campo Jacinto Vieira da Costa, constava Lourenço Courano, “por apelido o Tenente”, com 45 anos e “uma fonte em um braço”, avaliado em apenas 40\$000 réis, um dos escravos mais baratos⁶⁰. Ainda que pouco avanço se faz em relação à especulações, fica aqui a pergunta se esses escravos não teriam a mesma função daqueles capitães de *cuadrilla*.

Outro aspecto a ser considerado quanto ao trabalho escravo diz respeito à presença feminina na mineração. Nas lavras auríferas de Nova Granada, “las negras como las mujeres indias, resultaram excelentes nadadoras y lavadoras de oro em las minas de aluvión”⁶¹. E, mais ainda, as

⁵³ Trata-se do minerador mais pobre do grupo da amostragem, cujo monte-mor foi avaliado em 676\$850 réis. No morro do Pires, tinha um serviço de buracos de ouro fino, no qual trabalhavam três escravos angola e um mina, com idades entre 25 e 38 anos. Inventário de GUIMARÃES, André da Cunha. CBG, CSO I (23) 211, ano 1763. Documento em anexo: “Causa entre o Reverendo Doutor Jerônimo de Sá Vilhena, vigário das Congonhas, e o testamenteiro, o Ajudante Antônio Machado de Miranda”. fl. 126.

⁵⁴ As três principais províncias produtoras de ouro eram Antioquia, Popayán e Choco. WEST, Robert. *La Minería de Aluvion em Colômbia Durante el Periodo Colonial*. Bogotá: Imprenta Nacional, 1972.

⁵⁵ WEST. *La minería de aluvion em Colombia durante el periodo colonial*, p. 84.

⁵⁶ WEST. *La minería de aluvion em Colombia durante el periodo colonial*, p. 85.

⁵⁷ Este minerador tinha ainda 10 escravos especializados entre ferreiros, carpinteiros, cozinheiros, oleiro, tanoeiro, carreiro. Os escravos foram descritos em uma escritura de venda dos bens e não foram discriminados com as idades e valores. Inventário de DURÃO, Paulo Rodrigues. CSM, código 115, auto 2377, 1º ofício, ano 1743.

⁵⁸ Apenas um outro escravo por nome Domingos (nação não identificada), 40 anos, foi avaliado na mesma quantia. Inventário de CORREA, Antônio da Silva. CSM, código 39, auto 894, 1º ofício, ano 1798.

⁵⁹ No caso, o escravo mais caro do plantel era João Mulato, 18-19 anos, com principio de sapateiro, avaliado em 170\$000 réis. Inventário de LIMA, Antônio da Rocha. CBG, CSO I (25) 221, ano 1768.

⁶⁰ Inventário de COSTA, Jacinto Vieira da. CBG, CSO I (21) 189, ano 1760.

⁶¹ WEST. *La minería de aluvion em Colombia durante el periodo colonial*, p. 84.

mulheres estavam presentes na mesma proporção que os escravos homens, sendo que uma *cuadrilla* típica de Zaragoza em fins do século XVI tinha 21 escravos, 11 homens e 10 mulheres. West dá ainda o exemplo de um senhor de *cuadrilla* de Remédios que em 1632 possuía 94 escravos. Destes, 50 dedicavam-se à mineração, sendo 18 homens e 32 mulheres; 22 eram empregados no serviço agrícola e os outros 22 eram velhos e crianças que desempenhavam tarefas domésticas⁶².

Esses dados chamam a atenção, uma vez que ilustram uma realidade completamente diferente daquela encontrada nas lavras de Minas Gerais. Analisando o plantel dos mineradores do grupo da amostragem, percebe-se que em nenhum caso o número de escravas foi maior do que o de escravos, sendo que pelo menos 8 mineradores (11,8%) não tinham nenhuma mulher. A proporção mais aproximada foi encontrada no inventário da preta forra Rosa da Silva Torres, no qual, dos 11 escravos registrados, 6 eram homens e 5 mulheres, dentre elas uma mulatinha de sete anos⁶³. Já a maior quantidade de escravas foi encontrada no plantel de Manoel Pinto da Mota: do total de 115 escravos, 51 eram do sexo feminino e 64 do masculino. No plantel de Jacinto Vieira da Costa, para o qual se esperava um maior número de escravas visto ser composto de 416 cativos, apenas 28 eram mulheres.

A diferença na composição sexual observada nas lavras de Nova Granada e das Minas estaria ligada à questão das leis de mercado da mão-de-obra escrava. Primeiramente, é preciso considerar que os próprios esforços físicos exigidos pela mineração tornavam os braços masculinos preferíveis ao feminino. Assim, a maior procura de homens por parte dos senhores de escravos se refletia na preferência pela captura de “peças” masculinas no continente africano. Nesse sentido, como informa Douglas Libby, “enquanto uma sociedade escravista mantivesse sua capacidade de importar cativos e se encontrasse efetivamente engajada no tráfico negreiro como comprador, ela deveria possuir uma população escrava com uma alta razão de masculinidade”⁶⁴. Somando a preferência pelo cativo masculino ao dado de que o Brasil, entre os séculos XVI-XIX, absorveu 38% do tráfico atlântico de africanos enquanto a América espanhola absorveu 17%⁶⁵, pode-se supor que a maior presença feminina nas lavras de Nova Granada seja resultado de uma baixa oferta de mão-de-obra masculina para aquela região.

Para as Minas, contribuiria ainda para a predominância masculina nos plantéis o fato de as escravas conseguirem obter mais facilmente, por diversas estratégias, sua alforria ou coarção⁶⁶. No entanto, o mais interessante a ser observado aqui é que as escravas – tal como as forras e mulheres livres – também participavam do cotidiano das explorações. Com efeito, Eduardo França já identificava a necessidade de se desmistificar a idéia generalizada de que as negras não estariam atuando diretamente na atividade minerária, interferindo de forma determinante na sua dinâmica, da mesma forma como interferiram no meio urbano, na dinâmica das cidades, vilas e arraiais⁶⁷. Fundamenta sua hipótese o fato de que em regiões mineradoras da África, de onde saíram escravos e escravas para o Brasil, em especial o reino Ashandi (atual Gana), as mulheres chegaram a monopolizar importantes setores desta atividade, como por exemplo o trabalho de fiação do ouro, tendo-se transformado em mão-de-obra especializada tanto na África, quanto no Brasil. Assim, para o pesquisador, a crença dos mineradores durante os séculos XVIII e XIX de que possuir

⁶² WEST. *La minería de aluvion en Colombia durante el periodo colonial*, nota 49, p. 84.

⁶³ O restante do plantel tinha idade entre 18 e 40 anos. Inventário de TORRES, Rosa da Silva. CSM, código 63, auto 1426, 2º ofício, ano 1742.

⁶⁴ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 56.

⁶⁵ Estes dados foram retirados do Quadro 10 – Tráfico atlântico de escravos africanos em direção às Américas, séculos XVI a XIX, disponível em PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 117.

⁶⁶ Sobre as estratégias das escravas para obtenção da liberdade ver PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

⁶⁷ PAIVA. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo F. & ANASTASIA, Carla Maria J. *O Trabalho Mestiço: maneiras de pensar e formas de viver; Séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002.

uma concubina de nação Mina trazia sorte nos descobrimentos seria, na verdade, “aspectos alegóricos de um conhecimento técnico apurado, construído durante centenas de anos”⁶⁸

Além da organização da mão-de-obra escrava nos serviços minerais – condução de águas, extração de sedimentos, apurações – é preciso considerar também a sua organização no interior das unidades mineradoras. Naturalmente, os mineradores que tinham uma unidade produtiva diversificada dividiam seu plantel de acordo com as diferentes atividades econômicas desenvolvidas, tendo escravos específicos para a agricultura, os engenhos, a criação de animais e os serviços domésticos. Tal divisão era de fato indispensável para o funcionamento da estrutura como um todo, mas principalmente para garantir a continuidade da produção aurífera, de forma que

os escravos que ocupam em minerar não são os que trabalham nas roças, porque para o trabalho atual de um e outro exercício é necessário diferente número de escravos, porque se deve advertir que no trabalho da execução do ouro se ocupam todo ano os escravos, e estes se não pode divertir para diferente serviço⁶⁹.

Outro dado que merece destaque quanto ao trabalho escravo nas unidades mineradoras diz respeito às especialidades identificadas nos plantéis analisados. De antemão, convém notar que apenas 27 mineradores (39,7%) apresentaram pelo menos um escravo com alguma especialização, enquanto a maioria (60,3%) não teria, de fato, nenhum escravo especializado no seu plantel ou, se o tinham, não foi mencionado no inventário/testamento. A tabela a seguir apresenta os dados encontrados.

TABELA 7
Escravos especializados nas unidades mineradoras

ESCRAVOS ESPECIALIZADOS				
Especialidades	Termo de Vila Rica	Termo de Mariana	Termo de Sabará	Total
Ferreiro	01	04	11	16
Carpinteiro / Carapina	03	07	07	17
Faiscador / Mineiro	02	00	17	19
Barbeiro / Sangrador	03	11	14	28
Outros*	09	25	21	55
Total	18	47	70	135

Fonte: Inventários e testamentos da CSM, CPOP e CBG.

(*) Estão incluídos escravos com diversas ocupações: sapateiros, cozinheiros(as), alfaiates/costureiras, músicos, pedreiros, carreiros, tanoeiros, etc.

A preocupação centrou-se naquelas ocupações mais diretamente relacionadas à atividade minerária. Assim, os escravos com habilidades de barbeiros e/ou sangradores foram considerados, uma vez que poderiam ser empregados na cura e no tratamento de escravos doentes e daqueles que se machucavam nos acidentes de trabalho ou até em brigas, circunstâncias estas, aliás, corriqueiras no espaço das lavras. A atuação desses escravos, em certa medida, contribuiria para a manutenção da mão-de-obra, atendendo pelo menos às demandas mais imediatas e evitando maiores gastos com médicos, cirurgiões e boticas. O Capitão José de Souza Porto, por exemplo, no seu sítio localizado no Morro do Menino de Deus, termo de Sabará, sugestivamente tinha “enfermarias”, além das casas de vivenda, hospedaria e senzalas⁷⁰. No seu plantel, havia três escravos barbeiros, mais uma tenda

⁶⁸ PAIVA. *Trabalho Mestiço: Maneiras de Pensar e Formas de Viver - Séculos XVIII a XIX*, 2002.

⁶⁹ MOREIRA, Tomé Gomes. Papel feito acerca de como se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais [...]; [1749]. In: *Códice Costa Matoso*, 1999. Doc. 53, vol. 1, p. 468.

⁷⁰ Inventário de. PORTO, José de Souza. CBG, CSO I (26) 234. fl 38.

com dois ferreiros e um ferrador, um escravo carpinteiro, um esteireiro, um outro com princípio de sapateiro (com sua tenda), três músicos e um faiscador⁷¹.

Com relação aos escravos ferreiros e carpinteiros, não restam dúvidas quanto à sua importância no plantel de um minerador. Os escravos detentores de tais especialidades podiam ser empregados na feitura e consertos de ferramentas, rosários, caixões, bicames, ferragens, o que novamente dispensaria maiores gastos dos seus senhores nesses setores. No entanto, a pequena quantidade de escravos detentores desse saber, sobretudo por se tratarem de plantéis de unidades mineradoras, causa estranheza, o que permite pensar, por um lado, que nem todos os escravos inventariados tiveram suas ocupações identificadas e, por outro, que escravos com essas especializações, além de mais caros, eram mais raros.

A primeira opção parece mais provável, especialmente quando se constata que 42 (61,8%) unidades da amostragem tinham ferramentas do ofício de carpintaria entre seus bens, mas apenas 17 escravos foram arrolados com essa ocupação. No tocante aos ferreiros, dos 16 escravos identificados, 13 pertenciam à unidades que tinham tendas de ferreiro entre as suas instalações. Apenas um minerador, o Sargento-mor Paulo Rodrigues Durão, não tinha tenda, mas tinha três escravos ferreiros no seu plantel⁷². Em contrapartida, do total de 13 unidades mineradoras que dispunham de tendas de ferreiros nas suas instalações, 07 tinham escravos ferreiros para o serviço. Assim, pode-se supor que as outras 06 unidades ou tinham escravos ferreiros no seu plantel, porém não foram identificados como tais nos inventários, ou adotaram a mesma solução do Capitão Domingos Francisco dos Reis: nenhum dos 14 escravos deste minerador foi descrito como ferreiro, no entanto, declarou em testamento que na sua tenda tinha dois mulatos “a trabalhar por favor que lhe fiz até agora e eles nela não tem nada”⁷³.

Os dados encontrados para os escravos faiscadores causam ainda mais surpresa. Isso porque a faiscagem de escravos era uma das fontes de entrada do ouro no monte das unidades mineradoras. Nas contas apresentadas pelo sócio Manoel Pinto da Fonseca, num espaço de 17 meses, constam pelo menos cinco entradas de ouro procedido dos jornais de “moleques” e uma entrada do que havia recebido das “lavagens dos faiscadores”. Em um segundo momento, além dos lucros da sociedade, declarava o rendimento dos “jornais dos escravos que andavam faiscando pertencentes ao defunto”⁷⁴. Todavia, nenhum dos 17 escravos do minerador foi identificado no inventário como faiscador; nem mesmo entre os 22 cativos pertencentes à sociedade foi encontrado algum com esta especialidade.

Assim, pode-se concluir que os dados encontrados nos inventários, sobretudo quando confrontados com outras fontes, não representam a realidade dos plantéis das unidades mineradoras e isso se deve às imprecisões, falta de critérios e de informações inerentes àquela documentação. Ainda que limitadoras, tais dificuldades não impedem, porém, que alguns aspectos do trabalho escravo sejam resgatados a partir de fragmentos.

O inventário do minerador Antônio da Rocha Lima, morador no termo de Sabará, foi o que de fato registrou a maior quantidade de escravos com habilidades minerais. No seu plantel, 15 escravos eram faiscadores. Suas idades variavam entre 25 e 60 anos e suas nações eram diversas: Mina, Mina-Sabaru, Mina-Lada, Mina-Fon, Mina-Coura, Benguela, Nagô, Cabo-Verde, Courano, Angola. O mais caro deles era Antônio da Rocha Mina, 25 anos, bem feito e avaliado em 160\$000 réis; o mais barato era José da Rocha Mina-Fon, 50 anos, quebrado de uma virilha e avaliado em 60\$000 réis⁷⁵. No entanto, com uma ocupação mais específica – “mergulhador do rio” – foi encontrado Pedro Angola, por alcunha o “Fazenda Real” que, embora se achasse com “alguma moléstia” e com 50 anos, foi avaliado em 90\$000 réis.

⁷¹ Inventário de PORTO, José de Souza. CBG, CSO I (26) 234. fl 33v-36v; Escritura de venda de bens, fl 50-52.

⁷² Inventário de DURÃO, Paulo Rodrigues. CSM, código 115, auto 2377, 1º ofício, ano 1743. fl 5-8.

⁷³ Inventário de REIS, Domingos Francisco dos. CPOP, código 443, auto 9298, 1º ofício, ano 1757. Test., fl 12v-13.

⁷⁴ “Declarou o dito Manoel Pinto da Fonseca que havia recebido depois do falecimento do defunto seu sócio a quantia que a este tocavam dos jornais dos seus negros que trazia a faiscar – 271 ½ /8as”. Inventário de COUTO, Manoel Ferreira do. CSM, código 78, auto 1675, 2º ofício, ano 1738. fl 116v-138v.

⁷⁵ Inventário de LIMA, Antônio da Rocha. CBG, CSO I (25) 221, ano 1768. fl 5v-6.

Já no termo de Vila Rica, o plantel dos sócios, Antônio Francisco França e Felipe Antônio de Borim, continha Silvestre Mina, de 35 anos, e Félix Angola, de 55 anos, ambos identificados como “mineiros”, sendo que Félix trazia ainda as seqüelas comuns do seu trabalho: “quebrado e com uma inchação em um joelho”⁷⁶. E certamente foram suas condições físicas, além do fator idade que, apesar da sua apreciável habilidade, influenciaram na sua baixa avaliação: 45\$000 réis, enquanto seu companheiro foi avaliado em 160\$000. O fato de esses africanos terem sido inventariados com a qualidade de “mineiros” ao invés de faiscadores, como era mais comum, sugere que os mesmos fossem detentores de um saber mais específico ou apurado; saber este que, por sua vez, poderia ter sido adquirido já nas suas terras de origem ou mesmo nas próprias Minas.

Seja como for, um escravo com habilidades técnicas reconhecidas podia ser motivo de conflito entre aqueles que se dedicavam à atividade minerária, como foi o caso da querela entre Manoel da Cruz e Domingos Pereira. Em abril de 1736, Manoel da Cruz, preto forro, morador na Vila do Carmo, apareceu perante o juiz de fora para formalizar sua querela, cuja razão consistia em que “o dito Domingos Pereira lhe tinha induzido um seu escravo por nome Ventura, nação Mina, e que este o tinha posto da sua mão oculto, utilizando-se dos serviços do dito escravo por este ser bom mineiro e faiscador, e que por fazer semelhante absurdo e indução cometeu o suplicante crime [...]”⁷⁷. Nota-se aqui que ter um escravo habilidoso, ainda que muito cobiçado, não era privilégio apenas de grandes mineradores.

Além de seqüestros, os faiscadores enfrentavam outros problemas quando partiam em busca dos jornais dos seus senhores. Os mais comuns eram as disputas pelos melhores locais de faisqueira. Em uma dessas, o escravo Simão, que andava faiscando logo pela manhã nas proximidades de Bento Rodrigues, teve a cabeça rachada ao ser espancado por Domingos Jorge. O motivo foi porque o escravo não queria “sair do serviço em que estava para efeito de dar jornal ao seu senhor”, dizendo ao agressor, provavelmente em tom de provocação, que “largaria o serviço em que andava depois de o haver concluído e acabado”⁷⁸. Em fevereiro de 1722, pelas dez horas da manhã, o escravo João Mina faiscava no veio d’água do Ribeirão do Carmo, junto à cachoeira das lavras velhas, quando João Correia e seus escravos, “querendo defender o veio de água em que andava o dito negro que é franco para todos, sem ter outro pretexto algum para o fazer”, o pegaram e com um porrete lhe deram muitas pancadas, deixando muitas “pisaduras” e a cana do braço esquerdo quebrada⁷⁹. Esta, aliás, a origem de muitos aleijões dos escravos.

Em 10 de outubro de 1731 foi a vez de João Pereira Martins, morador na freguesia de São Sebastião, querelar pelo roubo que fizeram aos seus escravos, outro problema comum no cotidiano dos faiscadores e mineradores pobres. Dizia ele que

sendo senhor e possuidor de três moleques, andando estes no dia de hoje faiscando no ribeirão que passa por aquele arraial sem ofenderem a pessoa alguma // tratando só de juntar o seu jornal, trabalhando com almocafres e bateias, vieram mais de dez ou doze negros de mandado de Manoel da Silva Tavares, seu senhor e morador no mesmo lugar, e [cercando] aos moleques do suplicante e outros mais que estavam lhe deram várias pancadas [...] e roubando-os ultimamente das bateias, baetas, almocafres e ouro que já tinham do jornal, se recolheram para a casa do mesmo seu senhor, o qual mandando-lhe o suplicante mansa e humildemente por ser homem pobre pedir as tais baetas e instrumentos da faisqueira, mandou dizer ao suplicante que não fosse desavergonhado e outras palavras injuriosas e que

⁷⁶ Inventário de FRANÇA, Antônio Francisco. CPOP, código 57, auto 684, 1º ofício, ano 1767. fl 17f-v. O plantel dos sócios tinha ainda uma mulata cozinheira e um cozinheiro, um escravo mina sangrador e outro também mina barbeiro e sangrador, quatro escravos músicos (tambor, flauta, trombeta, trampa e charamelas), um “cozinheiro e com principio de tocador de charamela e trombeta”, dois oficiais de carapina, um escravo courano que “anda com a tropa de bestas” e o mulato Antônio que sabia ler e escrever.

⁷⁷ Auto de querela que dá Manoel da Cruz preto forro de Domingos Pereira. LIVRO de querelas. CSM, nº 4, 1º ofício, ano 1730-1748. fl 67v.

⁷⁸ Sumário de querela que dá Simão, escravo de José Pereira da Fonseca, e o dito seu senhor, de Domingos Jorge (14/08/1714). LIVRO de querelas. CSM, nº 1, 1º ofício, ano 1713-1722. fl 20-22. Ver também fl 59-60v.

⁷⁹ Sumário de querela que dá Maurício Gonçalves Real de João Correia de Oliveira. LIVRO de querelas. CSM, nº 1, 1º ofício, ano 1713-1722. fl 161-163.

se queria as tais coisas fosse a sua casa buscá-las, dando a entender que queria fosse lá para mais o descompor [...] ⁸⁰.

Não apenas os homens, mas também as escravas eram liberadas para faiscar. A necessidade de entregar o jornal aos seus senhores fazia com que elas usassem de diversos artifícios, especialmente quando submetidas a condições miseráveis de trabalho. Este foi o assunto discutido pelo secretário de governo das Minas, em sua carta enviada ao Rei D. João V em fevereiro de 1732:

Nas minas do ouro desde o seu princípio até o presente tempo foi uso entre alguns moradores trazerem negras a faiscar ouro, obrigando-as aos jornais da mesma forma que se pratica com os negros faiscadores: Quase todas estas negras são mandadas por seus senhores ao dito exercício sem os instrumentos de faiscar, quais são bateia e almocafre, que é este uma espécie de pequena enxada com que se cava e remexe a terra p^a que lançando-se na bateia se apure, escolha e lave o ouro; e, pedindo-lhe seus senhores os jornais de todos os dias, ou no fim de cada semana, e vendo muito bem que as tais não podem faiscar, parece que querem, consentem, ou dissimulam que as ditas negras lhes dêem os jornais adquirindo-os e ganhando-os como quer que for e muito bem sabem que elas usam mal de seus corpos para haver de ganhar os ditos jornais e, sem embargo disso lhes recebem, e as obrigam a dar-lhes com rigorosos castigos e mau tratamento [...] ⁸¹.

A preocupação maior do secretário, no entanto, não era propriamente com a condição precária de trabalho das faiscadoras (e, subentende-se, também dos faiscadores), mas sim com os descaminhos do ouro praticados por elas e por outras negras escravas e forras. Estas, por mais que fossem proibidas, andavam pelas vilas, arraiais, caminhos das Minas e nas proximidades das lavras de ouro, vendendo comestíveis em tabuleiros “para tirarem assim com as suas vendagens como com seus corpos os jornais aos negros de que também se segue gravíssimo prejuízo” ⁸². Dessa forma, aconselhava ao Rei mandasse que “nenhum morador das Minas trouxesse negras a faiscar, nem as tivesse em vendas públicas e particulares [...], porque um e outro serviço de minerar e vender se pode fazer com negros, nos quais se não encontram tantos prejuízos [...]” ⁸³. Por fim, acrescentava que as negras forras não deveriam ter vendas próprias e que, nas vilas e arraiais, elas tivessem lugares determinados para comercializar, de modo que, mais uma vez, encontradas com seus tabuleiros fora destes limites, fossem castigadas e presas.

O descaminho praticado pelas negras (escravas e forras) que andavam nos serviços de mineração ou nas suas proximidades, além de motivo de preocupação para a Coroa, constituía-se em um problema de difícil solução para os proprietários de faiscadores, uma vez que aquelas negras incentivavam e acobertavam determinadas práticas entre os escravos. Práticas estas que fugiam ao controle dos seus senhores ou que, na verdade, eram por eles toleradas devido à necessidade de assegurar interesses maiores como, no caso, a própria posse do escravo:

E são inumeráveis os escravos que andam nestas faisqueiras e observam entre si um tão inviolável estilo que, ainda que um negro suceda dar em paragem que um dia tire dez ou vinte oitavas de ouro, nunca leva a seu senhor mais que o jornal de meia pataca, que é a quarta parte de uma oitava, e tudo o mais distribui por negras e tabernas. E são prejuízos e furtos que os senhores dos escravos não podem evitar, assim pela dificuldade de não saberem o ouro que eles tiram como pelo perigo que eles têm de lhes fugirem, se os castigam. E precisamente se sujeitam ao jornal que voluntariamente lhes querem dar os escravos, e ainda muitas vezes com o costumado de meia pataca lhes faltam, usando de industriosas desculpas que se não podem remediar ⁸⁴.

⁸⁰ Auto de querela que dá João Pereira Martins de Manoel da Silva Tavares, morador em a freguesia de São Sebastião e de dez escravos seus. LIVRO de querelas. CSM, n° 4, 1° ofício, ano 1730-1748. fl 15f-v.

⁸¹ CARTA de Manuel de Fonseca de Azevedo [...]. AHU-MAMG. Caixa 20, Doc. 64, Data: 20/02/1732.

⁸² AHU-MAMG. Caixa 20, Doc. 64, Data: 20/02/1732.

⁸³ AHU-MAMG. Caixa 20, Doc. 64, Data: 20/02/1732.

⁸⁴ MOREIRA, Tomé Gomes. Papel feito acerca de como se estabeleceu a capitação nas Minas Gerais [...]; [1749]. In: *Códice Costa Matoso*, 1999. v. 1, doc. 53, p. 485.

Permitir a faiscação aos escravos era um costume difundido entre os mineradores desde os primeiros tempos da exploração aurífera nas Minas⁸⁵. E tal costume se observava sobretudo entre aqueles que não tinham datas minerais próprias, ou que praticavam outra atividade, mas procuravam garantir um ganho extra mandando seus escravos (ou alguns deles) para as faisqueiras. De acordo com as conveniências e interesses do seu senhor, o escravo faisgador podia dedicar-se a essa atividade durante todo o ano ou apenas em determinados períodos, quando, por exemplo, os serviços nas lavras estivessem paralisados por algum motivo ou se fazia necessário alternar/conciliar a busca do ouro com os trabalhos domésticos, mecânicos, com os serviços das roças e dos engenhos⁸⁶. Outra possibilidade que se configurava desde as primeiras explorações era faiscarem nos domingos e dias santos ou nas últimas horas do dia⁸⁷.

Do ponto de vista do senhor, muitas vezes tornava-se mais lucrativo liberar o escravo para faiscar em troca de um jornal, pois se via desobrigado a arcar com o sustento e a manutenção do cativo. De acordo com Russel-Wood,

uma forma de acordo entre escravo e senhor determinava a entrega, todo sábado, de uma quantidade específica de ouro em pó e isentava o senhor da responsabilidade pela manutenção do escravo. Em troca, o escravo gozava de liberdade de ação durante a semana e estava livre para cultivar sua própria roça aos domingos⁸⁸.

Do ponto de vista do escravo, a atividade de faiscação conferia não apenas liberdade de ação, mas também maiores oportunidades e motivações para a conquista da alforria, uma vez que, além da quantia que obrigatoriamente devia ao senhor, podia acumular algum pecúlio para negociar, por exemplo, sua coartação.

No entanto, a faiscação não era praticada somente por escravos jornaleiros. No espaço das lavras, uma das alternativas que se configurava aos homens pobres – livres e forros –, que não eram senhores de escravos, que não tinham terras minerais (as datas) próprias e contavam apenas com a sua força de trabalho, era buscar o ouro das faisqueiras para algum ganho e o seu próprio sustento.

Os faiscadores, pela natureza da atividade a que se dedicavam, eram dotados de grande mobilidade física, característica esta que fazia com que fossem constantemente associados a vadios, isto é, pessoas sem ofício, sem ocupação certa, vagabundos, errantes. A reputação suspeitosa dirigida a esses indivíduos também fazia com que fossem confundidos pelas autoridades – estrategicamente ou não – com escravos fugidos, quilombolas, contrabandistas. Para Francisco Andrade, “isso acontecia com os forros, muitas vezes, porque eram eles que entravam à procura de faisqueiras descobertas, cujas notícias rapidamente se espalhavam nas vilas e povoações”⁸⁹. Da mesma forma, os escravos, mandados pelos senhores para faiscar ouro e socavar nos morros e rios

⁸⁵ A origem do termo “faisgador” remonta ao tempo das primeiras descobertas, quando os pioneiros paulistas chegaram ao território das Minas em fins do século XVII. Estes descobridores procuravam o ouro depositado nos leitos dos cursos d’água, mais fácil de ser explorado por técnicas simples. Tais depósitos aluvionais eram conhecidos por *faisqueiras*, porque, dizia-se, ao sol faiscavam as partículas maiores do metal. “Daí a palavra *faisqueiro* para classificar o prospector itinerante ou mineiro de ouro de aluvião”. BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 63.

⁸⁶ Na Junta estabelecida pelo Governador D. Brás da Silveira com as Câmaras de Vila Real e de Vila da Rainha, que então representaram contra a forma requerida pelo Rei para a cobrança do quinto, que consistia no pagamento, por ano, de 10 oitavas por cada escravo empregado na mineração, os oficiais alegaram que tal sistema era injusto, visto não levar em consideração a morte, a doença, a fuga, venda do escravo e, ainda, que por “ser aplicado à roça ou ao engenho ou ao serviço doméstico não faiscava ou todo o ano ou alguma parte dele (...)”. Minuta do Conselho Ultramarino (...). AHU-MAMG, Caixa 01, Doc. 50, Data: 22/01/1716.

⁸⁷ De acordo com Antonil: “Porque, como os negros e os índios escondem bastantes oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia, tiram ouro para si, a maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos (...)”. ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 271.

⁸⁸ RUSSEL-WOOD, A. J. A outra escravidão: a mineração de ouro e a “instituição peculiar”. In: *Escravos e Libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005., p. 180.

⁸⁹ ANDRADE. *A Invenção das Minas Gerais (...)*, p. 297.

dos sertões, habitando em rústicos ranchos nas proximidades de suas catas, ficavam mais vulneráveis às acusações de vagabundagem e de serem quilombolas⁹⁰.

Ainda de acordo com Andrade, “a repressão da Coroa aos vadios das Minas não se baseava somente nas supostas faltas de ocupações úteis, pois quase todos podiam alegar alguma atividade própria, mas, efetivamente, na itinerância deles, no estilo de vida resguardado de vigilância, e na condição de forasteiros nos arraiais e descobertos”⁹¹. Isso muitas vezes obrigava a que os homens pobres – livres e forros – que se dedicavam à atividades itinerantes, tal como a faiscação, estabelecessem algum tipo de contato ou relações de trabalho nos centros mineradores, subordinando-se aos interesses dos mais poderosos e influentes nas explorações dos morros e rios auríferos. Deste ponto de vista, “as medidas de repressão à pretendida ociosidade dos vadios, ou vagabundos significou uma regulação valiosa na formação disciplinada do mercado de trabalho nas Minas Gerais”⁹².

Todavia, isto não significa dizer que esses indivíduos não tivessem certa autonomia nem que suas atuações fossem destituídas de significado no contexto das explorações auríferas. Se, por um lado, a mobilidade espacial que caracterizava os faiscaidores fazia com que fossem muitas vezes associados a vadios, por outro, o estilo de vida itinerante que esta atividade lhes proporcionava, juntamente com o conhecimento que detinham ou adquiriam nas suas andanças, configurou um espaço de ação para estes agentes no qual figuravam estratégias para obter melhores condições de vida e até mesmo a liberdade, no caso dos escravos.

Acostumados a andar por regiões de fronteira, a prospectar e sondar os rios e morros localizados em regiões inexploradas e a reconhecer os sinais e as formações naturais dos locais onde o ouro e pedras preciosas poderiam ser encontrados, não por acaso, escravos, forros, índios ou mestiços integraram as bandeiras descobridoras que palmilharam as Minas Gerais ao longo do século XVII, tendo sido, na maior parte das vezes, os responsáveis pelos achados auríferos⁹³.

No entanto, ainda que muitas vezes tenham sido os faiscaidores os verdadeiros descobridores de minas, estes não eram oficialmente reconhecidos como tal. De acordo com o estudo de Francisco Andrade, nas Minas, o crédito e a fama de um descobrimento de minerais preciosos dependiam da reputação do descobridor: era necessário ter prestígio social e político, experiência comprovada e cabedal suficiente para custear a empresa descobridora⁹⁴. Obviamente, os faiscaidores não reuniam as qualidades essenciais para se tornarem os protagonistas dos descobrimentos e receberem as mercês régias, mas isso não impediu que, em troca de informações valiosas ou da manifestação dos achados para aqueles que podiam legitimar o feito, negociassem prêmios, recompensas, privilégios ou estabelecessem certas condições, como a concessão da liberdade, no caso dos escravos.

Assim, embora muitas vezes a atuação dos faiscaidores se encontre sub-registrada nos documentos históricos, isso não impede de reconhecer que esses indivíduos foram capazes de instituir direitos e práticas ao buscarem oportunidades de proveito em meio ao contexto competitivo e desigual que caracterizou as explorações auríferas. Além disso, nas suas atividades cotidianas, obtinham ganhos, em maior ou menor quantidade, mas que permitiam inseri-los no trato mercantil, na dinâmica econômica característica das regiões de mineração. Enfim, pode-se dizer que a faiscação significou uma alternativa social e econômica àqueles que se encontravam à margem no espaço das lavras.

⁹⁰ ANDRADE. *A Invenção das Minas Gerais (...)*, p.299. Sobre a faiscação dos negros e mestiços livres, forros e dos escravos nos morros auríferos ver especialmente ANDRADE. *Viver à gandaia: povo negro nos morros das Minas*. Belo Horizonte, 2007 (no prelo).

⁹¹ ANDRADE. *A Invenção das Minas Gerais [...]*, p. 295.

⁹² ANDRADE. *A Invenção das Minas Gerais [...]*, p. 297.

⁹³ Em 1715, o Governador D. Brás da Silveira dava notícias ao Rei sobre a exploração em Pitangui dizendo que os paulistas não pagaram o quinto “[...] por serem negros e carijós os que fizeram o descobrimento, e quando seus senhores lhe acudiram já eles tinham sumido o que haviam tirado [...]”. [CARTA de D. Brás da Silveira ao Rei sobre o descobrimento de Pitangui] 24 de março de 1715. Arquivo Público Mineiro – Seção Colonial, códice 4, fl. 388.

⁹⁴ ANDRADE. *A Invenção das Minas Gerais [...]*, 2002. Ver em especial o capítulo 2: “Empresas de descobrimento de Minas: o estilo heróico de Fernão Dias Pais”.